

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS**

**GIULIANO SARAGIOTTO**

**ECONOMIA DE FRANCISCO E CLARA: HUMANIZAR A ECONOMIA À LUZ DA  
TEOLOGIA**

**CAMPINAS**

**2024**

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS  
ESCOLA DE CIÊNCIAS HUMANAS, JURÍDICAS E SOCIAIS  
FACULDADE DE TEOLOGIA  
GIULIANO SARAGIOTTO**

**ECONOMIA DE FRANCISCO E CLARA: HUMANIZAR A ECONOMIA À LUZ DA  
TEOLOGIA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado a Faculdade de Teologia da Escola de Ciências Humanas, Jurídicas e Sociais da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, como exigência para obtenção do grau de Bacharel em Teologia.

Orientador: Prof. Dr. Pe. Luiz Albertus Sleutjes.

**CAMPINAS**

**2024**

Sistema de Bibliotecas e Informação - SBI  
Gerador de fichas catalográficas da Universidade PUC-Campinas  
Dados fornecidos pelo(a) autor(a).

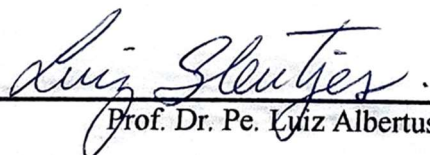
S243e	<p>Saragiotto, Giuliano</p> <p>Economia de Francisco e Clara : humanizar a economia à luz da teologia / Giuliano Saragiotto. - Campinas: PUC-Campinas, 2024.</p> <p>79 f.</p> <p>Orientador: Luiz Albertus Sleutjes.</p> <p>TCC (Bacharelado em Teologia) - Faculdade de Teologia, Escola de Ciências Humanas, Jurídicas e Sociais, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2024. Inclui bibliografia.</p> <p>1. Pensamento Social da Fé. 2. Papa Francisco. 3. Novas Economias. I. Sleutjes, Luiz Albertus. II. Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Escola de Ciências Humanas, Jurídicas e Sociais. Faculdade de Teologia. III. Título.</p>
-------	---

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS  
ESCOLA DE CIÊNCIAS HUMANAS, JURÍDICAS E SOCIAIS  
FACULDADE DE TEOLOGIA  
GIULIANO SARAGIOTTO**

**ECONOMIA DE FRANCISCO E CLARA: HUMANIZAR A ECONOMIA À LUZ DA  
TEOLOGIA**

Julgado e aprovado em 14 de junho de 2024

Considerações:



---

Prof. Dr. Pe. Luiz Albertus Sleutjes.

Docente da Pontifícia Universidade Católica de Campinas

Orientador

**CAMPINAS**

**2024**

A Deus, que me inspira e me fortalece na caminhada;  
A Virgem Maria, minha amada mãe do amparo;  
A meus pais Vanilde e Antônio e toda minha família;  
A meus amigos, com os quais partilho as alegrias da vida;  
A porção do povo de Deus que está em Amparo;  
E a todos os irmãos e irmãs, que dividem comigo a vida nessa casa comum,  
sobretudo os pobres e marginalizados que impulsionam minha dedicação  
aos estudos e minha vontade de lutar por uma sociedade do bem viver.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus pelo dom inefável da minha vida, por ser sempre o vigilante condutor da minha história. Sem Ti, nada seria possível.

Com um carinho especial, expresso minha profunda gratidão a meus amados pais, Vanilde e Antônio Augusto, assim como aos meus queridos irmãos: Gustavo, Bruno, Lucas e Gabriela. O amor incondicional que generosamente dispensam a mim, bem como a presença constante e o aconchego seguro que representam em meio às adversidades da vida, são verdadeiramente inestimáveis. Agradeço imensamente por todo o apoio que me oferecem. Saibam que meu amor por vocês é imenso!

A minha tia, Mariana Avona dos Santos, que me auxiliou com a correção deste trabalho. Obrigado por sua dedicação e por seus ensinamentos tão preciosos, que colaboraram muito na formulação das ideias aqui presentes. Sua trajetória de vida, seu profissionalismo e seu empenho em conhecer e propagar o conhecimento me inspiram muito.

Do mesmo modo, desejo expressar meus sinceros agradecimentos à minha querida avó Durvalina, e a todos os demais membros da minha família, seu apoio inabalável e incentivo contínuo têm sido um alicerce fundamental em minha jornada. A todos vocês, minha mais sincera e calorosa apreciação.

A meus avós, que agora descansam na glória dos céus, Luiza, Riderico e Vicente, gostaria de expressar que uma parte substancial do que me tornei e dos esforços que empreendo diariamente são resultados dos preciosos ensinamentos que me transmitiram e do exemplo inspirador de dedicação à vida, os quais tiveram um impacto profundo em minha trajetória. Com humildade, faço um pedido: que continuem a interceder por mim e a guiar meu caminho, como sempre fizeram.

Com gratidão sincera, desejo estender meus agradecimentos à Diocese de Amparo, representada pelo nosso estimado bispo diocesano, Dom Luiz Gonzaga Fecho. Sua abordagem simples e acolhedora tem sido um estímulo constante em minha jornada e me infunde a coragem necessária para persistir em minha escolha evangélica de estar ao lado dos menos favorecidos.

Gostaria também de expressar meu profundo reconhecimento a toda a equipe de formação, com especial destaque ao reitor do Seminário Diocesano São José, Pe. André Luiz Rossi, que constantemente me motiva em meus estudos. Seu apoio na análise das complexas questões sociais relacionadas à nossa fé têm um valor inestimável.

Também desejo expressar minha profunda gratidão aos meus colegas de trajetória no Seminário São José, particularmente ao meu irmão de turma Juliano Aparecido de Oliveira

Amaral, com quem partilhei oito anos de caminhada vocacional. Saibam que as alegrias e desafios da nossa convivência diária desempenharam um papel pedagógico significativo em minha jornada, proporcionando-me um aprendizado valioso através da partilha de experiências de vida.

A todos os meus amigos que foram presença revigorante nesses anos de caminhada acadêmica, especialmente, o meu grupo para realização dos trabalhos universitários: Emerson, Leandro, Lucas e Pedro, com quem partilhei vários questionamentos e ideias nestes últimos quatro anos. De modo particular, estendo meu agradecimento também a meus amigos mais íntimos, com que partilhei grandes momentos de alegria e renovação, que foram essenciais para o bom êxito dos meus estudos: Clayton, Diego, Marcos e Vinícius. Obrigado pela presença de vocês em minha trajetória.

Ademais, dirijo minha sincera gratidão ao Professor Dr. Pe. Luiz Albertus Sleutjes, meu orientador neste trabalho de conclusão de curso. Suas indicações foram essenciais para viabilizar o desenvolvimento deste trabalho da maneira mais eficiente e eficaz.

Finalmente, estendo minha sincera gratidão a todos aqueles que, de forma direta ou indireta, contribuíram para a conclusão deste importante passo em minha jornada acadêmica. Que Deus recompense a todos vocês!

“Enquanto o nosso sistema económico-social  
ainda produzir uma só vítima, e enquanto  
houver uma só pessoa descartada, não poderá  
haver a festa da fraternidade universal.”

(Papa Francisco)



## RESUMO

Nos últimos anos, o modelo neoliberal de economia influenciou o campo social e político. Logo, estabeleceu-se na academia, bem como no senso comum, que investimentos de nações economicamente avançadas poderiam efetivamente combater a pobreza e a desigualdade em nações menos desenvolvidas do sul global. Contudo, essa abordagem não resultou na diminuição desses problemas, os quais parecem profundamente enraizados no sistema econômico capitalista. Esse sistema, que esgota recursos naturais e perpetua a desigualdade, mostrou-se insuficiente para resolver essas questões. Sendo a dignidade humana fundamento da própria Tradição Cristã, o magistério eclesial foi, e continua sendo, voz profética na denúncia das injustiças socioeconômicas, e por isso, é ferramenta que iluminará as discussões desse trabalho. Nesse sentido, o Papa Francisco, voz atual desse mesmo magistério, analisando a difícil realidade, propôs uma mudança de paradigma por meio da iniciativa "Economia de Francisco", que defende valores fundamentais como justiça social e bem-estar humano como pilares de um novo modelo econômico, visando a cooperação e o compartilhamento de recursos, bem como, à emancipação humana através da garantia do direito à terra, moradia e trabalho para todos.

**Palavras-Chave:** Bem Viver. Dignidade Humana. Economia de Francisco e Clara. Novas Economias. Pensamento Social da Fé. Papa Francisco.

## ABSTRACT

In recent years, the neoliberal economic model has influenced the social and political field. Soon, it was established in academia, as well as in common sense, that investments from economically advanced nations could effectively combat poverty and inequality in less developed nations in the global south. However, this approach has not resulted in the reduction of these problems, which appear deeply rooted in the capitalist economic system. This system, which depletes natural resources and perpetuates inequality, has proven insufficient to resolve these issues. Since human dignity is the foundation of Christian Tradition itself, the ecclesiastical magisterium was, and continues to be, a prophetic voice in denouncing socioeconomic injustices, and therefore, it is a tool that will illuminate the discussions of this work. In this sense, Pope Francis, the current voice of this same magisterium, analyzing the difficult reality, proposed a paradigm shift through the "Francisco's Economy" initiative, which defends fundamental values such as social justice and human well-being as pillars of a new economic model, aiming at cooperation and sharing of resources, as well as human emancipation through guaranteeing the right to land, housing and work for all.

**Keywords:** Good Living. Human dignity. Economy of Francisco and Clara. New Economies. Social Thought of Faith. Pope Francis.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>10</b>
<b>2</b>	<b>CONTEMPLAR: DENÚNCIA PROFÉTICA DA ECONOMIA ATUAL.....</b>	<b>13</b>
2.1	O Capitalismo e o Neoliberalismo.....	13
2.2	Defesa alienante do sistema.....	16
2.3	A Sociedade de Mercado.....	18
2.4	Os Monopólios e Oligopólios.....	20
2.5	A Globalização e o Subdesenvolvimento.....	23
2.6	A Pobreza e Desigualdade.....	24
2.7	O Esgotamento dos Recursos.....	27
2.8	Síntese Compreensiva.....	29
<b>3</b>	<b>DISCERNIR: UM OLHAR TEOLÓGICO DA ECONOMIA.....</b>	<b>30</b>
3.1	A Dignidade da Pessoa Humana.....	32
3.2	O Bem Comum.....	35
3.3	A Propriedade Privada e a Destinação Universal dos Bens.....	37
3.4	A Opção Preferencial pelos Pobres.....	41
3.5	As Contribuições do Papa Francisco.....	44
3.6	Síntese Compreensiva.....	47
<b>4</b>	<b>PROPOR: ANÚNCIO DE ALTERNATIVAS NA BUSCA DO BEM VIVER.....</b>	<b>49</b>
4.1	O Chamado de Francisco.....	51
4.2	Articulação Brasileira pela Economia de Francisco e Clara.....	56
4.3	O Bem Viver.....	60
4.4	Sementes de Esperança.....	64
4.5	Síntese Compreensiva.....	69
<b>5</b>	<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>70</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>72</b>

## INTRODUÇÃO

O contexto econômico e social está marcado por problemas cada vez mais complexos e de difícil solução. Com efeito, não há respostas simples para a grande maioria deles. Além disso, a pluralidade de pensamentos e de vozes formadoras de opinião, surgidas sobretudo com a internet e a explosão das mídias sociais, deu início ao mundo da pós-verdade. Trata-se de um momento histórico onde os fatos observados na realidade exercem cada vez menos influência do que as emoções e as crenças ideológicas pessoais.

O sistema econômico capitalista trouxe (de início) grande desenvolvimento em alguns aspectos da vida humana, tais como a promessa fictícia da grande riqueza que seria gerada e depois distribuída entre todos. Esse repertório teórico esteve por muito tempo presente nos discursos políticos populistas e, conseqüentemente, o sonho de possibilidades melhores de vida foi interiorizado na mentalidade de muitas pessoas.

Entretanto, com o passar do tempo, esse sistema está sendo desmascarado, e se mostrando na realidade um grande vilão na busca de soluções para os problemas da maioria da população mundial e tornando-se a causa de muitas outras adversidades do nosso tempo: a exclusão social, a queda nas condições de vida, o esgotamento de recursos e a devastação do meio ambiente. Diante de tais observações, para alguns questionamentos: é possível superar o capitalismo e seus problemas? Existe um outro modelo econômico possível?

Esse cenário não pode ser inibidor, uma vez que é preciso iniciar processos em busca de soluções para os problemas encontrados, afinal, todo grande projeto começa lentamente para um dia ser aplicado de maneira mais ampla. Reconhecer a importância de se iniciar novas formas de agir, é consentir que o tempo é superior ao espaço, como apresenta Francisco em sua encíclica *Evangelii Gaudium* (EG, 222-225).

Quando se dá prioridade ao espaço, tende-se a querer resolver tudo no momento presente, como se fosse possível solucionar grandes problemas de uma hora para outra. Em contrapartida, quando se prioriza o tempo, olha-se para o futuro, valorizando as pequenas soluções que resultarão em grandes mudanças. Dessa forma, esse princípio permite trabalhar com paciência, suportando as dificuldades em vista do resultado que virá apenas a longo prazo.

Analisando a crise socioambiental contemporânea, na qual encontra-se imersa a humanidade, busca-se nesse trabalho, evidenciar os problemas do sistema econômico capitalista e suas conseqüências que atentam contra a dignidade da pessoa humana, concedida ao homem pelo próprio Deus. Em contraponto, através das contribuições da Tradição e do magistério da Igreja, que colaborou em grande medida na construção do conceito da inerente

dignidade humana, será possível trazer luz e formular prováveis soluções para problemas tão complexos.

Para tanto, a metodologia utilizada nesta pesquisa parte de uma abordagem baseada no método pastoral consagrado nos estudos teológicos e nos documentos eclesiais latino-americanos, conhecido como “ver, julgar e agir”. Contudo, por ser tratar de um trabalho teológico com forte ênfase no pensamento de Francisco, será utilizada a terminologia formulada por ele: “contemplar, discernir e propor”.

Desse modo, no primeiro capítulo, é realizado um estudo da situação concreta. Trata-se de uma análise dos problemas econômicos e sociais presentes na sociedade atual, especialmente em relação ao sistema econômico capitalista.

Através do pensamento de alguns pensadores relevantes no campo econômico, social e político, tais como: Celso Furtado, Michael J. Sandel, Jung Mo Sung, Ladislau Dowbor, Alberto Acosta e o próprio Papa Francisco, aborda-se os problemas econômicos e sociais atuais, bem como discute-se a formação e a evolução do sistema econômico capitalista. Assim, são apresentadas algumas das características fundamentais desse sistema, seus princípios e mecanismos de funcionamento, como também as consequências e problemas gerados por ele na sociedade.

Em seguida, no segundo capítulo, é desenvolvido um estudo da concepção da dignidade humana presente na Tradição Cristã, utilizando as interpretações desenvolvidas pelo Magistério da Igreja sobre essa temática. Vale lembrar que, alguns outros fundamentos éticos e princípios da Doutrina Social da Igreja também se inserem no presente discurso, já que podem auxiliar na formulação de novos modelos econômicos. Logo, destaca-se em particular os conceitos de bem comum; de destinação universal dos bens e de opção preferencial pelos pobres. Os três princípios apresentados estão intimamente ligados ao pensamento cristão acerca da Economia.

Ao final do referido capítulo, enfatiza-se o magistério do Papa Francisco, suas encíclicas, documentos e discursos relacionados à temática da dignidade humana e da economia. Seu pensamento revela uma visão humanista, fortemente inspirado pela Filosofia da Libertação de Enrique Dussel e pela versão argentina da Teologia da Libertação, conhecida como Teologia do Povo (SCANONNE, 2019).

No último capítulo, é apresentado o projeto “*Economia de Francisco*”, fruto das inquietações e do intermédio do Papa Francisco. O projeto procura elaborar um novo regime econômico, baseado no reconhecimento da humanidade do outro, na solidariedade, no bem viver dos povos e na centralidade dos pobres e marginalizados como sujeitos de transformação rumo ao desenvolvimento integral. Deste projeto, buscando inculturar suas ideias, nasce a

Articulação Brasileira pela Economia de Francisco e Clara, que é enfatizada como primordial na construção de uma “*economia com alma*” na realidade brasileira.

Destaca-se também o conceito de “*Bem Viver*”, formulado por Alberto Acosta a partir da filosofia dos povos ameríndios. Tal conceito, promove uma mudança da mentalidade necessária para estabelecer novos parâmetros de vida, mais holística na relação entre homem e natureza. Por fim, são mencionados também alguns modelos e projetos que dialogam com a Economia de Francisco e que são sementes de esperança na realidade atual.

Dessa forma, a metodologia adotada neste trabalho busca integrar a análise da situação, a compreensão dos princípios e diretrizes da Tradição e do Magistério, e a formulação de ações práticas para promover novos modelos econômicos,

Espera-se que esta pesquisa possa contribuir no debate acadêmico e social sobre a necessidade de repensar o sistema econômico atual, fomentando discussões mais amplas e aprofundadas sobre a construção de uma economia mais justa, equitativa e sustentável.

Em consonância com a Economia de Francisco e Clara, o presente estudo visa fornecer subsídios pastorais relevantes para a construção de um caminho rumo a uma economia mais humana, solidária e sustentável que contribua para o bem-estar e o desenvolvimento integral de todas as pessoas.

## **2 CONTEMPLAR: DENÚNCIA PROFÉTICA DA ECONOMIA ATUAL**

O primeiro passo do método indutivo (proposto por Francisco), consiste em contemplar a realidade que nos circunda à luz da misericórdia de Deus. “Segundo o pontífice, essa etapa deve ser condicionada pelo olhar do discípulo de Cristo, a fim de se evitar um reducionismo interpretativo [...]” (ROCHA, 2023, p. 385). Em vista disso, os ensinamentos e os princípios do pensamento social da Igreja, bem como o próprio magistério do Papa Francisco, serão a base para efetuar, neste primeiro capítulo, uma breve análise da economia atual.

Entre os diversos princípios da Doutrina Social da Igreja (=DSI), destaca-se aqui o conceito de bem comum. A partir dele, pode-se compreender que toda a realidade criada é um dom gratuito de Deus reconhecendo, simultaneamente, a responsabilidade humana na administração desses dons. Nesse cenário, a noção de bem comum direciona (de forma específica) a análise do paradigma econômico vigente, com o intuito de avaliar se os recursos provenientes da criação estão sendo direcionados para atender às necessidades e promover o desenvolvimento pleno de cada indivíduo como filho de Deus. Verifica-se, também, em que medida o sistema econômico atual contribui para a solidariedade e para a prática do cuidado mútuo entre os membros da sociedade.

Ressalta-se do mesmo modo, a importância do conceito de destinação universal dos bens, o qual sustenta que os recursos não devem ser considerados como propriedade exclusiva de alguns, mas como um patrimônio compartilhado em prol de toda a humanidade. Essa abordagem desafia nossa compreensão do atual sistema econômico ao observar a disseminação da acumulação desigual de recursos no âmbito do capitalismo. Com efeito, destaca-se a urgência de promover alterações para assegurar que todos tenham acesso aos meios essenciais para uma existência digna.

Ao considerar esses princípios, pode-se analisar os modelos e práticas econômicas vigentes sob a ótica da fé cristã. Isso não apenas enriquece a reflexão, mas também fomenta a discussão em torno da construção de uma sociedade mais justa e compassiva. Nesse cenário, a contemplação aqui proposta, tem como premissa principal o respeito a todos os filhos de Deus, reconhecendo-lhes a mesma dignidade, da qual são portadores.

### **2.1 O Capitalismo e o Neoliberalismo**

O modelo econômico capitalista, ao longo de sua trajetória histórica, evidenciou-se como uma influência preponderante na organização das atividades econômicas globalmente.

Fundamentalmente caracterizado pela propriedade privada dos meios de produção e pela acumulação de capital, o capitalismo concede a indivíduos e empresas o controle sobre os recursos gerados pelo sistema produtivo, conferindo-lhes, por conseguinte, influência nas decisões políticas. Dessa forma, averiguamos que o modelo de cidade ideal (num pensamento platônico) é inexistente, pois não há distribuição justa das funções sociais numa organização que promova a virtude (PLATÃO, 2001). Por isso, presenciamos a prática da desigualdade tão proeminente nos dias atuais, quer seja no contexto social, quer seja no contexto político.

As raízes desse sistema econômico, portanto, remontam às transformações ocorridas durante a primeira revolução industrial no século XVIII, marcada pelo advento da produção em massa, urbanização e avanços tecnológicos. Nesse contexto, os princípios de livre mercado e propriedade privada ganharam proeminência, moldando a estrutura econômica que, posteriormente, seria reconhecida como capitalismo.

Mediante tais constatações podemos inserir um argumento do escritor Alvin Toffler para ressaltar a estrutura do pensamento capitalista de acordo com o parâmetro vigente do qual estamos inseridos, uma vez que

Os economistas ocidentais tendem a pensar no mercado como um fato puramente capitalista da vida e frequentemente usam o termo como se fosse sinônimo de “economia de lucro”. Entretanto, pelo que sabemos de História, a permuta — e daí uma fração de mercado — surgiu antes e independentemente do lucro. Pois o mercado, propriamente falando, é nada mais que uma rede de intercâmbio, um quadro de distribuição, por assim dizer, pelo qual são encaminhadas as mercadorias ou serviços, com mensagens, para os seus destinos apropriados. Não é inerentemente capitalista. Esse quadro de distribuição é tão essencial a uma sociedade industrial socialista como para o industrialismo motivado pelo lucro (TOFFLER, 1980, p. 52).

Logo, percebe-se que o mercado contemporâneo expressa-se de forma incoerente no que tange ao conceito de lucro, já que o modelo atual da base capitalista reverbera apenas nas demandas e necessidades da propriedade particular, na qual os preços refletem a oferta e a procura com disparidade que, por sua vez, distribui os bens econômicos (de forma desigual) visando somente o lucro da minoria.

Sendo assim, na organização capitalista, a alocação de recursos é predominantemente determinada pelo mercado, no qual as forças de oferta e demanda influenciam preços e decisões de produção. Em outras palavras, empresas competem entre si em busca do lucro, proporcionando à propriedade privada um incentivo à iniciativa individual.

Ainda no século XVIII, diante das primeiras tentativas de regulação do mercado, surgem as ideias liberais, preconizadas por Adam Smith que, por sua vez, adentraram com grande peso nas discussões políticas e econômicas, defendendo a mínima intervenção do Estado na



economia. Seus defensores argumentavam que a autorregulação do mercado é mais eficaz, promovendo eficiência e inovação. Desse modo, a liberdade econômica é considerada crucial, com a propriedade privada e a competição, por exemplo, sendo vistas como impulsionadoras do crescimento.

Importa lembrar que as ideias liberais (preconizadas por Adam Smith) também foram revistas pelo matemático John Nash que, por sua vez, elaborou o Equilíbrio de Nash e a Teoria dos Jogos para o setor da Economia mundial. Em 1994 recebeu um prêmio Nobel de Economia devido aos benefícios que possibilitou ao contexto contemporâneo do mercado econômico. Sua teoria endossa a importância da participação do grupo para a aquisição do bem comum. Em outras palavras, não é possível ganhar vantagem sobre os outros utilizando apenas escolhas e ferramentas próprias. Por isso, a melhor estratégia que um indivíduo no grupo tem que escolher para se auto beneficiar é necessariamente aquela que beneficiará o grupo. Com efeito, à luz dessas considerações, pode-se corroborar que essa lei obriga o indivíduo a pensar que a sua melhor escolha é automaticamente a melhor escolha para o grupo. Todavia, constatamos (de uma forma geral) que ainda existe a desigualdade, ou seja, um desequilíbrio social por não ocorrer a prática desse pensamento (de forma plena e eficaz) em diversas esferas sociais.

No final do século XX, como um desdobramento do pensamento liberal, emerge o pensamento neoliberal, como uma possível resposta aos desafios econômicos da época, destacando a defesa da desregulamentação, privatização e abertura dos mercados internacionais. Há nessa corrente de pensamento, uma forte ênfase na redução do papel do Estado (que nesse momento histórico, após a ocorrência de marcantes revoluções, encontrava-se em processo de consolidação em muitos países), com políticas que propõem aumentar a eficiência do mercado e promover a responsabilidade individual.

A partir de meados dos anos 70, com a recessão que afetou a maioria dos países desenvolvidos, fortaleceram-se as teses neoliberais que condenam a ingerência do Estado no funcionamento da economia, suposta responsável pelas distorções nas decisões de investimento e nas expectativas dos agentes – distorções que precisariam ser corrigidas, a começar por um enxugamento do setor público e por uma liberalização dos mercados (internos e externos). A liberalização implicaria a desregulamentação de mercados, ou seja, o abandono de regras que cerceavam o livre funcionamento da economia. Esse processo já havia se iniciado na esfera financeira (com a autonomia dos fluxos de capitais especulativos) e, posteriormente, atingiria o comércio internacional (aumentam as pressões para a eliminação das barreiras alfandegárias) e finalmente o mercado de trabalho (flexibilização dos contratos de trabalho) (PRONI, 1997, p. 33).

A mentalidade capitalista neoliberal solidificou-se no pensamento econômico, como também no interior do campo político. Ainda hoje, para nos discursos, a ideia amplamente

utilizada no século XX e início do século XXI, de que a pobreza e a desigualdade poderiam ser superadas por meio de mais investimentos individuais, frutos de uma maior liberdade econômica, que precisa ser garantida pelo Estado (MENCHISE, FERREIRA e ÁLVAREZ, 2023).

Segundo essa dialética<sup>1</sup>, tais recursos, provenientes das nações ricas do norte global, seriam a chave para trazer desenvolvimento para as nações pobres do sul global. No entanto, está atestado (na observação da realidade) que problemas como: a desigualdade, a fome, a falta de moradia e a falta de acesso aos bens básicos por grande parte da população, não diminuiram com o suposto desenvolvimento promovido, pelo contrário, uma vez que parecem estar enraizados na lógica do sistema econômico vigente.

## 2.2 Defesa alienante do sistema

Mesmo diante de profundas críticas, ainda verificamos (num contexto contemporâneo) uma defesa alienante do próprio sistema. Com isso, elaboram-se conceitos enviesados, utilizando-se, inclusive, de referências da Biologia e de outras Ciências Naturais, para justificar os males como se fossem apenas sequelas do sistema. À luz dessas constatações é apropriado fazer alusão ao pensamento de Jung Mo Sung, em seu artigo: “Novas formas de legitimação da economia: desafios para ética e teologia”.

[...] o discurso dominante hoje apresenta o capitalismo contemporâneo como um sistema social ao qual não há alternativa. Os neoliberais e outros pensadores pró-capitalistas elaboram as mais diversas teorias para dizerem a mesma coisa: não há alternativa ao sistema de mercado capitalista. Contudo, este tipo de discurso não é novidade na história. Todos os sistemas de dominação, seja um império ou um regime autoritário, se apresentam como um modelo social sem alternativa. Isto porque eles seriam uma expressão da vontade divina, da evolução da natureza ou da ordem racional da história, ou simplesmente porque todas as outras alternativas seriam inviáveis (MO SUNG, 2001, p. 1).

Os defensores do livre mercado, os liberalistas e neoliberalistas, promoveram uma verdadeira transformação na forma de se compreender o Ser Humano, a vida humana, e a forma de organizarmos o espaço social e o espaço público. O mercado foi apresentado ao mundo como o único lugar seguro para nossa busca de felicidade e, fora dele, nada pode existir. O progresso

---

<sup>1</sup> Destacando-se entre os principais economistas que defendem essa abordagem: Milton Friedman, Friedrich Hayek, James M. Buchanan, Gary Becker, Robert Lucas, Joaquín Lavín, Jeffrey Sachs e Manmohan Singh. Embora haja variações nas suas perspectivas individuais, de maneira geral, todos eles abraçam a promoção da liberdade de mercado, a redução da intervenção estatal na economia e a salvaguarda dos direitos individuais como princípios centrais para o desenvolvimento econômico.

e o desenvolvimento infinitos foram apresentados como *slogan* para justificar as ideias neoliberais mundo afora, trazendo à tona, um mercado que entende tudo à sua volta como recurso a ser explorado e transformado em capital a ser acumulado.

[...] de alguma maneira, este sistema está auto protegido pela força ideológica de sua imposição e pela força dos poderosos que não estão dispostos a aceitar as falhas estruturais do capitalismo – já que seguem lucrando inclusive em meio à crise econômica e ambiental. Por isso, não faltam vozes que ainda reclamam um aprofundamento do capitalismo para resolver os problemas do mundo (ACOSTA, 2016, p. 80).

Celso Furtado, renomado economista brasileiro, foi precursor de várias ideias e discussões atuais. Em seu trabalho de pesquisa dedicou-se à análise do desenvolvimento econômico do Brasil e dos países em desenvolvimento, apresentando uma forte crítica e amplos questionamentos ao modelo econômico neoliberal vigente.

Segundo o autor, a economia neoliberal é baseada em uma concepção individualista e simplista do ser humano, que o considera apenas como um agente econômico. Essa visão reducionista da natureza humana acaba limitando a própria capacidade do Homem de analisar os fenômenos de sua existência, tornando-o incapaz de compreender as complexidades das relações sociais, culturais e políticas que influenciam a economia.

[...] intenta-se apreender o desenvolvimento como um processo global: transformação da sociedade ao nível dos meios, mas também dos fins; processo de acumulação e de ampliação da capacidade produtiva, mas também apropriação do produto social e de configuração desse produto; divisão social do trabalho e cooperação, mas também estratificação social e dominação; introdução de novos produtos e diversificação do consumo, mas também destruição de valores e supressão da capacidade criadora (FURTADO, 1980, p. 11).

Dessa maneira, o modelo neoliberal, amplamente aplicado por pressão das nações ricas (no Brasil e na grande maioria dos países em desenvolvimento), colabora para haver uma diminuição do papel do Estado na economia, defendendo a sua autorregulação. Contudo, a concorrência, por si mesma, não é capaz de regular a economia de forma eficiente e justa, pois essa proposta gera exclusão social e concentração de renda, conforme adverte o Papa Francisco, em sua encíclica *Fratelli Tutti* (=FT):

O mercado, por si só, não resolve tudo, embora às vezes nos queiram fazer crer neste dogma de fé neoliberal. Trata-se dum pensamento pobre, repetitivo, que propõe sempre as mesmas receitas perante qualquer desafio que surja. O neoliberalismo reproduz-se sempre igual a si mesmo, recorrendo à mágica teoria do “derrame” ou do “gotejamento” – sem a nomear – como única via para resolver os problemas sociais.

Não se dá conta de que a suposta redistribuição não resolve a desigualdade, sendo, esta, fonte de novas formas de violência que ameaçam o tecido social (FT, 168).

O sistema econômico fortalece, assim, sua visão alienante de mundo, justificando os problemas sociais através da meritocracia. Na mesma medida busca acalmar as massas através da falsa primícia de que a liberdade de mercado solucionará os problemas sociais e econômicos vigentes facilmente verificados pela população.

### 2.3 A Sociedade de Mercado

Nas últimas quatro décadas, foi observada uma expansão sem precedentes das chamadas “economias de mercado”, especialmente após o fim da Guerra Fria. A vitória do capitalismo sobre o socialismo, simbolizada pelo colapso do bloco soviético e pela queda do Muro de Berlim, tornou-se um marco indicando que a prevalência de um mercado “livre e desimpedido” seria a melhor opção para o bem-estar de qualquer sociedade. No entanto, ao analisar a história recente, essa premissa revela-se questionável.

Os avanços tecnológicos e a supremacia do capitalismo favoreceram um ambiente de expansão do mercado, que agora se expande de forma cada vez mais intensa e agressiva. Isso resultou em uma sociedade onde praticamente tudo está à venda. A crise econômica de 2008, originada nos Estados Unidos e estendida globalmente, demonstrou que o mercado, gerido por suas próprias regras, foi incapaz de se autorregular de maneira satisfatória. A ganância e a falta de limites dos agentes de mercado resultaram em uma crise comparável à de 1929, levando à falência de milhares de empresas, recessão em vários países e desemprego.

Atualmente, é possível que presos paguem por melhores instalações em sistemas prisionais, que qualquer pessoa adquira serviços mediante “fura-fila” ou que se comprem discursos de casamento e pedidos de desculpas. Há também uma crescente “coisificação” do ser humano, como a locação de partes do corpo para propaganda, venda de órgãos e sexo. O filósofo político Michael J. Sandel analisa criticamente esse fenômeno, ressaltando como o neoliberalismo e a sociedade de mercado podem distorcer não apenas a dinâmica econômica, mas também os valores morais e as interações sociais fundamentais. Segundo ele, a transformação de aspectos essenciais da vida humana em *commodities* comercializáveis levanta questões éticas sobre a mercantilização excessiva e seus impactos na igualdade, justiça e na própria natureza das relações humanas.

Dessa maneira, Sandel oferece uma perspectiva crítica sobre a extensão da mentalidade de mercado na sociedade contemporânea, destacando os desafios éticos associados à

comercialização de aspectos tão íntimos e fundamentais da existência humana. “[...] quando todas as coisas boas podem ser compradas e vendidas, ter dinheiro passa a fazer toda a diferença do mundo” (SANDEL, 2014, p. 14).

O mercado não se limita mais à venda de bens materiais; ele agora alcança áreas da vida social antes imunes à sua influência. Devemos, mais do que nunca, nos questionar: queremos realmente viver dessa maneira? Será moralmente aceitável seguir um caminho que nos torna cada vez mais uma sociedade guiada pela lógica de mercado? No caso dos serviços adquiridos sob a modalidade “fura-fila”, seria correto que o poder financeiro suplante a equidade refletida na formação de uma fila democrática?

[...] do narcisismo, do ser blindado, das pessoas que vivem se queixando e pensando somente em si. É a incapacidade de ver que nem todos temos as mesmas possibilidades. É bem fácil para alguns pegar um conceito como, neste caso, a liberdade pessoal, e convertê-la numa ideologia, e assim fabricar o prisma através do qual se julga tudo (FRANCISCO, 2020, p. 34).

Outro exemplo da dinâmica de mercado na vida humana pode ser observado quando uma pessoa desempregada está à procura de um emprego. Nesse contexto, ela é frequentemente incentivada a adotar uma abordagem de “venda de si mesma”, como se fosse um produto. A ênfase recai na apresentação de suas habilidades e qualidades de maneira a destacar-se perante os concorrentes na disputa pela vaga. Essa comercialização do “eu” revela a extensão da influência da lógica de mercado em áreas anteriormente consideradas distantes do escopo econômico.

As relações interpessoais também não escapam dessa tendência, pois na busca por parceiros românticos ou amigos, por exemplo, somos instigados a moldar nossa imagem como se fôssemos mercadorias atraentes no mercado social. Essa abordagem implica em apresentar cuidadosamente nossos atributos mais valorizados, destacando o que temos de melhor, como se estivéssemos competindo por atenção e afeto em um ambiente de mercado.

Em sua exortação apostólica *Laudate Deum* (=LD), Francisco afirma com clareza: “a matriz de pensamento própria do paradigma tecnocrático nos cega, não nos permitindo ver este gravíssimo problema da humanidade atual” (LD, 24). No entanto, as práticas de mercado estão invadindo cada vez mais a vida cotidiana das pessoas sem questionamentos sobre a sua correção. O ato de pagar por algo não significa necessariamente que a pessoa atribui mais valor ao que está adquirindo. Pode significar o contrário: pagar para ter exclusividade, mesmo sem um interesse real. Essa conduta implica em obstáculos à participação de outras pessoas, excluindo-as do usufruto desses bens e direitos.

A precificação não apenas reflete a disposição de alguns em pagar por algo, mas também revela a real disponibilidade desse bem, acessível apenas a quem pode arcar com o preço fixado. Essa visão mercadológica crescente exclui cada vez mais as pessoas de menor poder aquisitivo, resultando em uma sociedade cada vez mais desigual e desprovida de identidade coletiva.

A racionalidade neoliberal, ao exacerbar a competitividade elidente, reforça, “a lei do mais forte” (EG 53) e a lógica do “salve-se quem puder”, a ponto de o outro ser visto quase sempre como concorrente ou inimigo potencial. Numa atmosfera de desconfiança, o individualismo se radicaliza, tornando-se um dos “vírus” mais difíceis de ser derrotado. O importante é a realização imediata e integral dos próprios interesses; tudo o mais, como as necessidades alheias e ambientais, não importa, pode ser relativizado e deixado fora dos “muros” da autopreservação, a cargo do livre mercado (ROCHA, 2023, p. 389).

O neoliberalismo penetrou profundamente na experiência humana, transformando não apenas a economia em uma esfera de mercado, mas dando origem e ascensão a uma verdadeira sociedade de mercado, onde tudo pode ser comprado ou vendido, em detrimento dos valores morais. A ausência de debates abertos e francos sobre essa questão não implica em uma neutralidade, mas incentiva o avanço inquestionado do mercado em todas as áreas da sociedade.

## **2.4 Os Monopólios e Oligopólios**

Os monopólios e oligopólios representam formas de concentração de mercado em que poucas empresas dominam a oferta de um determinado produto ou serviço. Esse fenômeno é uma clara manifestação da incapacidade do projeto neoliberal de economia, já que a livre concorrência, cada vez mais inexistente, se mostra ineficaz na regulação do mercado. O acúmulo de capital, propícia aos grandes conglomerados empresariais, a compra de empresas e marcas menores, com potencial de concorrência futura, garantindo sua supremacia e seu poder de influência econômica e política.

O livre mercado é uma ilusão neoliberal, visto que as empresas mais poderosas acabam dominando o mercado e impedindo a entrada de novos competidores. O crescimento desenfreado de monopólios e oligopólios (na grande maioria dos setores econômicos), demonstram a necessidade da intervenção e da regulação estatal para garantir o funcionamento adequado da economia, fortalecendo o bem-estar social, a proteção dos direitos humanos, trabalhistas e ambientais.

Os seguros, os planos de saúde, as pensões complementares, os oligopólios (pense no que você paga no celular), os monopólios de demanda (você tem de usar o Word que

os outros usam, pois precisa comunicar), os sistemas de patentes abusivos (em particular na área farmacêutica), a apropriação de recursos naturais (veja o papel dos traders), a evasão fiscal (o assalariado é descontado na fonte, a evasão fiscal é essencialmente dos ricos), as elevadas remunerações e bônus extorsivos nos grandes grupos econômicos (salários milionários) – constituem mecanismos que navegam amplamente na erosão da concorrência, na desinformação da população, e nas leis que protegem mais o intermediário do que o produtor (DOWBOR, 2017, p. 298).

Em um monopólio, uma única empresa controla todo o mercado, permitindo que ela determine preços e condições. Esse fenômeno, sem a regulação do Estado, acarreta elevação dos preços para os consumidores, redução na qualidade dos produtos ou serviços e um acúmulo de capital cada vez maior, refletindo em uma grande desigualdade.

Em setores dominados por poucas empresas (oligopólios), há menos espaço e incentivo para a inovação. As grandes empresas de determinado setor, dificultam ou inviabilizam a entrada de novas empresas, fechando a possibilidade de inovações que poderiam ser mais justas, ecológicas e sustentáveis.

Uma outra visão que resulta desta análise, é que está se gerando um desequilíbrio entre as formas tradicionais de produção, com muitas empresas pequenas ou familiares, que geram de longe o maior número de empregos, e os gigantes corporativos planetários que por estarem no espaço mundial não são controlados em lugar algum, e que inundam os mercados mundiais com produtos gerados por quem aceita salários mais baixos, ou cobra menos impostos, ou ainda o que for mais tolerante para as transgressões ambientais, provocando a chamada corrida para baixo, com guerras fiscais, desastres ambientais e conflitos sociais. Os grandes grupos deixam pouco para o país onde funcionam, a geração de emprego é muito limitada, pagam poucos impostos, e acompanham a linha de menor resistência dos governos, apropriando-se, pelo peso financeiro das suas atividades, do próprio processo legislativo, e frequentemente do judiciário (DOWBOR, 2015, p. 41).

Grandes conglomerados muitas vezes possuem várias marcas que aparentam ser concorrentes, mas, na realidade, são controladas pela mesma empresa, empresas como: *Anheuser-Busch InBev, Unilever, Procter & Gamble Company, Nestlé, Meta Platforms, Google e Microsoft Corporation*, são donas de centenas de marcas diferentes em seu seguimento. Essa estratégia pode criar a ilusão de diversidade de mercado quando, na verdade, as escolhas dos consumidores estão completamente limitadas.

Como a concorrência tende a baixar os preços, e com isto também os lucros, os grandes grupos no sistema econômico vigente buscaram mecanismos que têm uma fachada de mercado, mas que funcionam de maneira diferente. Basicamente, o que está mudando as regras do jogo é um conjunto de iniciativas que restringem o acesso aos produtos, o que inverte as vantagens do padeiro de Adam Smith. Aliás, quem tomou um café acompanhado de um pão com manteiga no aeroporto de Congonhas, pagando 15 reais, deve se perguntar com que matéria prima preciosa são feitos estes produtos. Em economia chamamos isto de monopólio de localização. O cliente não tem alternativa. A monopolização, ou a formação de oligopólios, tem justamente esta

característica central: não temos alternativas. Mas naturalmente, como se trata de livre mercado, temos sempre a opção de não comer (DOWBOR, 2015, p. 38).

Na tentativa de solucionar esse problema, os órgãos reguladores muitas vezes buscam promover a concorrência saudável, aplicando medidas antitrustes para evitar a formação de monopólios ou oligopólios prejudiciais à economia. Isso inclui a avaliação de fusões e aquisições para garantir que não resultem em concentrações excessivas de poder de mercado. Entretanto, há muitas brechas legais na maioria dos países e os detentores do capital influenciam fortemente o poder político, garantindo a perpetuação de seus acúmulos.

O Estado precisa ser o regulador da função social da economia, garantindo o surgimento e o fortalecimento de pequenas e médias empresas (que contratam mão de obra local), e podem ser facilmente reguladas e verificadas para garantir qualidade e sustentabilidade dos produtos que consumimos, diminuindo também a concentração de renda dos grandes acionistas.

[...] é indispensável uma política econômica ativa, visando promover uma economia que favoreça a diversificação produtiva e a criatividade empresarial, para ser possível aumentar os postos de trabalho em vez de os reduzir. A especulação financeira, tendo a ganância de lucro fácil como objetivo fundamental, continua a fazer estragos. Por outro lado, sem formas internas de solidariedade e de confiança mútua, o mercado não pode cumprir plenamente a própria função econômica. E, hoje, foi precisamente esta confiança que veio a faltar. O fim da história não foi como previsto, tendo as receitas dogmáticas da teoria econômica imperante demonstrado que elas mesmas não são infalíveis. A fragilidade dos sistemas mundiais perante a pandemia evidenciou que nem tudo se resolve com a liberdade de mercado e que, além de reabilitar uma política saudável que não esteja sujeita aos ditames das finanças, devemos voltar a pôr a dignidade humana no centro e sobre este pilar devem ser construídas as estruturas sociais alternativas de que precisamos (FT, 168).

O Estado é o garantidor do bem-estar social, e a pandemia de Covid-19 evidenciou essa afirmação. Do mesmo modo, debruçando-se sobre outras crises históricas, tais como: a crise de 1929, as duas grandes guerras mundiais e tantas catástrofes naturais que impactaram o mundo, observa-se que em meio às grandes crises somente o Estado pode garantir recursos e formas de tutelar a população, garantindo o mínimo necessário a todos.

Por que em meio aos problemas do modelo econômico capitalista os Estados Nacionais parecem estar de mãos atadas? Como nas grandes crises históricas ou na crise sanitária recente, necessita-se da regulação e do controle do Estado para frear a concentração extrema de recursos nas mãos de tão poucos.



## 2.5 A Globalização e o Subdesenvolvimento

A globalização e o subdesenvolvimento são fenômenos intrinsecamente conectados, exercendo impactos complexos nas economias e sociedades globais. A globalização, delineada como o processo crescente de interconexão e interdependência entre países, culturas e economias, é impulsionada pelos avanços em comunicações, transporte e tecnologia. Este fenômeno facilita a integração econômica, cultural e política em escala global, abrangendo aspectos como comércio internacional, fluxo de capital, migração e disseminação de ideias e informações.

Os impactos da globalização são diversos e, alguns, até podem ser considerados positivos, tais como: a integração econômica, que resultou em uma maior interligação das economias, estimulando o comércio internacional e investimentos transfronteiriços; o acesso às tecnologias pelos países em desenvolvimento, impulsionando o crescimento econômico; e a facilitação da migração de pessoas em busca de oportunidades econômicas.

Por outro lado, o subdesenvolvimento caracteriza-se pela qualidade de vida inferior, padrões educacionais mais baixos, infraestrutura inadequada e, frequentemente, instabilidade política. As causas são multifacetadas, incluindo a falta de acesso a recursos, desigualdade social, má gestão governamental e histórico de exploração.

Os problemas do Terceiro Mundo se agravam em boa parte como resultado de uma globalização que reduz o já precário espaço de decisão nacional, de construção de políticas econômicas e sociais adequadas a situações específicas. Na era das transnacionais, o Terceiro Mundo é hoje um arquipélago de sociedades desarticuladas à procura de uma elementar governabilidade (DOWBOR, 1980, p. 6).

O Papa Francisco denuncia os interesses antiéticos presentes no processo de globalização atual, afirmando em um de seus escritos: “Abrir-se ao mundo é uma expressão de que, hoje, se apropriaram a economia e as finanças. Refere-se exclusivamente à abertura aos interesses estrangeiros ou à liberdade dos poderes econômicos para investir sem entraves nem complicações em todos os países” (FT, 12). Dessa maneira, a globalização se mostra um grande desafio, algo que poderia ser considerado bom e positivo, foi ocupado e tem sido utilizado para mitigar culturas e propagar o poder de uns sobre outros. Constrói-se, assim, uma forte relação entre a globalização e o subdesenvolvimento; e essa relação apresenta desafios significativos. Mais do que nunca, o processo de globalização tem se mostrado ferramenta de consolidação das desigualdades econômicas, beneficiando mais as nações desenvolvidas e dificultando a competição justa para os países em desenvolvimento.

[...] Torna-se claro, pois, que é hoje impossível compreender o subdesenvolvimento, e, em consequência, a luta de classes nos países subdesenvolvidos, se não se tome como ponto de partida uma totalidade: a economia capitalista mundial. Não através da justaposição, realizada por tantos marxistas dogmáticos, de regiões geográficas com modos de produção diferentes — em que frequentemente regiões e modos de produção se recobriam comodamente —, mas mostrando como se articulam as dinâmicas regionais com as diversas instâncias e modos de produção na totalidade (DOWBOR, 1982, p. 14).

A exploração de recursos naturais por corporações internacionais (muitas vezes sem benefícios equitativos para as comunidades locais), é outra preocupação. A acumulação de dívidas significativas por países em desenvolvimento junto à instituições financeiras internacionais e as mudanças no emprego devido à reestruturação econômica são fatores adicionais que contribuem para o subdesenvolvimento.

O avanço deste globalismo favorece normalmente a identidade dos mais fortes que se protegem a si mesmos, mas procura dissolver as identidades das regiões mais frágeis e pobres, tornando-as mais vulneráveis e dependentes. Desta forma, a política torna-se cada vez mais frágil perante os poderes econômicos transnacionais que aplicam o lema “divide e reinarás” (FT, 12).

Enfrentar os desafios do subdesenvolvimento em um contexto globalizado exige uma abordagem holística. Isso inclui a promoção da equidade no comércio internacional, investimentos em desenvolvimento sustentável, melhorias na governança e a redução das desigualdades. Organizações internacionais, governos e sociedade civil desempenham um papel crucial na formulação de políticas que abordem tanto os benefícios quanto os desafios da globalização, visando promover um desenvolvimento mais inclusivo e sustentável em todo o mundo.

## **2.6 A Pobreza e Desigualdade**

A pobreza e a desigualdade, são dois grandes problemas globais. Ambos estão interligados e são multifacetados, ou seja, possuem características locais, causas e consequências diversas a depender de cada situação específica. Contudo, no regime econômico atual, a pobreza (definida como a condição em que as pessoas enfrentam restrições significativas no acesso a elementos essenciais para uma existência digna), está nitidamente associada à má distribuição das riquezas, ou seja, é fruto da desigualdade.

Na atual conjuntura social e econômica, observamos que a humanidade tem capacidade tecnológica e recursos suficientes para garantir vida digna para todos, mas infelizmente, o

sistema econômico favorece a retenção de grande parte dos recursos nas mãos de poucos, como afirma Alberto Acosta:

O capitalismo demonstrou uma importante capacidade produtiva. Propiciou progressos tecnológicos substanciais e sem precedentes. Conseguiu inclusive reduzir a pobreza em vários países. No entanto, desencadeia sistematicamente processos sociais desiguais entre os países e dentro deles. Sim, o capitalismo cria riquezas, mas são demasiadas as pessoas que não participam de seus benefícios (ACOSTA, 2016, p. 198).

O próprio Adam Smith, um dos grandes nomes do liberalismo econômico clássico, quando procurou investigar a causa da riqueza, reconheceu a ligação intrínseca entre a pobreza e a desigualdade. Em seu livro *A Riqueza das Nações* afirmou: “Onde quer que haja grande propriedade, há grande desigualdade. Para cada pessoa muito rica deve haver no mínimo quinhentos pobres, e a riqueza de poucos supõe a indigência de muitos” (SMITH, 1983, p.168).

Trata-se de uma característica inerente ao capitalismo, já que a natureza competitiva do mercado conduz à acumulação desigual de riqueza e poder. Como analisado anteriormente, no sistema financeiro atual a propriedade dos meios de produção tende a se concentrar em poucas mãos, resultando em disparidades marcantes entre os detentores de capital e os trabalhadores.

Essa característica acaba por favorecer também o acesso desigual a oportunidades e serviços, a condição de pobreza em conluio com as demais formas de discriminação, determinam o acesso à educação de qualidade, aos cuidados de saúde, a moradia digna e ao emprego formal. A falta de acesso a essas e outras oportunidades e benesses do capitalismo, contribui para a restrição da mobilidade social e, conseqüentemente, para a perpetuação da pobreza, criando ao mesmo tempo um cenário de instabilidade social e política.

É inaceitável que um grupo reduzido da população goze de um estilo de vida confortável enquanto o resto – a maioria – sofre para sustentar a opulência de um segmento privilegiado e opressor. Esta é a realidade do regime de desenvolvimento atual, uma realidade própria do sistema capitalista (ACOSTA, 2016, p. 198).

Como alegação para pobreza e a desigualdade, os pensadores neoliberais favoreceram a propagação da ideia de meritocracia que, por conseguinte, trata-se de uma lógica perversa que continua a ser utilizada sem crítica por parte de alguns, como demonstrado pelo Papa Francisco:

Incrementam-se ideias erradas sobre a chamada “meritocracia”, que se tornou um “merecido” poder humano ao qual tudo se deve submeter, um domínio daqueles que nasceram com melhores condições de progresso. Caso diverso é a sábia abordagem do valor do compromisso, do desenvolvimento das próprias capacidades e dum louvável espírito de iniciativa; mas se não se procura uma real igualdade de

oportunidades, a meritocracia facilmente se transforma num para-vento que consolida ainda mais os privilégios de poucos com maior poder. Nesta lógica perversa, que lhes importa os danos à casa comum, se sentem seguros sob a suposta armadura dos recursos econômicos que obtiveram com as suas capacidades e esforços? (LD, 32).

Juntamente com os fatores aqui expostos, o discurso meritocrático também colabora (em grande medida) para a perpetuação da pobreza. Trata-se de uma armadilha através da qual os detentores do capital podem continuar a explorar os trabalhadores. A falácia da meritocracia unida a busca incessante por lucro, tem como resultado eminente as condições de trabalho precárias e os salários inadequados que, por sua vez, perpetuam a existência de uma classe economicamente desfavorecida, de maior número, que trabalha para garantir os luxos de uma pequena minoria (SANDEL, 2020).

Consequentemente, o sistema capitalista engendra um ciclo de pobreza, na qual a falta inicial de recursos, a ausência de acesso ao crédito, à educação e às oportunidades dificultam a ascensão econômica, fazendo com que a pobreza atravesse gerações. A redistribuição de riqueza, através de políticas como impostos progressivos e programas sociais robustos, são soluções possíveis para equilibrar as disparidades econômicas, bem como o fortalecimento de outros modelos econômicos, mais solidários, nos quais a propriedade dos meios de produção é distribuída e as decisões são tomadas democraticamente, como é o caso das cooperativas.

Para enfrentar esses problemas, diversas abordagens podem ser adotadas: reformas políticas; redução da desigualdade de renda; melhoria dos sistemas de educação e saúde públicos; empoderamento econômico, incluindo a promoção de oportunidades para grupos marginalizados e o estímulo ao empreendedorismo. Além dessas medidas práticas aqui mencionadas, é um componente essencial a educação social, passando pela conscientização da população sobre as causas e efeitos da pobreza e da desigualdade, juntamente com a promoção de uma cultura de equidade e inclusão.

Abordar essas questões exige esforços coordenados em níveis local, nacional e global. A compreensão aprofundada das causas subjacentes é imperativa para implementar estratégias eficazes e sustentáveis, enquanto a cooperação internacional é essencial para abordar as raízes estruturais da pobreza e combater práticas injustas que perpetuam a desigualdade.

Em suma, precisamos abrir os olhos para a realidade: a desigualdade é uma coluna de sustentação fundamental para o capitalismo, visto que “[...] para a maioria dos habitantes do planeta, o capitalismo não representa uma promessa ou sonho: é um pesadelo realizado” (ACOSTA, 2016, p. 54). Não podemos esperar que as mudanças necessárias partam dos

grandes detentores do poder monetário e de seus *lóbis políticos*, pois estes jamais combaterão realmente o sistema que garante a eles o padrão de vida atual.

## 2.7 O Esgotamento dos Recursos

Devido ao desenvolvimento sem controle, contaminado pela visão tecnocrática de mundo, a Terra paulatinamente apresenta indicadores de que alcançamos um ponto crítico. O sistema econômico atual, baseado na maximização do lucro e no desenvolvimento através do crescimento econômico, é um dos grandes responsáveis pela exploração ilimitada dos recursos do nosso Planeta. Diz o Papa Francisco, ao se referir a problemática da mentalidade tecnocrática e suas consequências:

Trata-se de “um modo desordenado de conceber a vida e a ação do ser humano, que contradiz a realidade até ao ponto de a arruinar”. Consiste, substancialmente, em pensar “como se a realidade, o bem e a verdade desabrochassem espontaneamente do próprio poder da tecnologia e da economia”. Como consequência lógica, “daqui passa-se facilmente à ideia dum crescimento infinito ou ilimitado, que tanto entusiasmou os economistas, os teóricos da finança e da tecnologia” (LD, 20).

O esgotamento do planeta devido ao desenvolvimento sem controle é uma problemática crescente e crítica. A mentalidade capitalista propiciou por muitos anos um crescimento completamente desprovido de práticas sustentáveis e, atualmente, promove soluções maquiadas de verde. Contudo, o sistema econômico continua a ser o principal fenômeno de pressão substancial sobre os recursos naturais e os ecossistemas globais, resultando em múltiplos desafios interconectados.

São muitos os sinais da crise socioambiental que estamos vivenciando: a exploração excessiva de recursos naturais, o desmatamento para expansão agrícola e para infraestrutura urbana, o esgotamento de recursos hídricos devido ao uso não sustentável. Essas mazelas ambientais resultam na perda irreparável de habitats naturais, extinção de espécies e perturbação de ecossistemas vitais para a biodiversidade.

Os recursos naturais necessários para a tecnologia, como o lítio, o silício e tantos outros não são certamente ilimitados, mas o problema maior é a ideologia que está na base duma obsessão: aumentar para além de toda a imaginação o poder do homem, para o qual a realidade não humana é um mero recurso ao seu serviço. Tudo o que existe deixa de ser uma dádiva que se deve apreciar, valorizar e cuidar, para se tornar um escravo, uma vítima de todo e qualquer capricho da mente humana e das suas capacidades (LD, 22).

A rápida urbanização e a expansão industrial desmedida afetaram os ecossistemas naturais de forma significativa, comprometendo o bom funcionamento de sistemas ambientais essenciais. Isso inclui a polinização, fundamental para a reprodução de muitas espécies vegetais e a manutenção da biodiversidade; a purificação da água, que é crucial para garantir o acesso a recursos hídricos seguros e saudáveis; e a regulação do clima, que influencia diretamente os padrões climáticos globais e regionais, afetando a estabilidade dos ecossistemas e a vida das espécies que deles dependem. Esses impactos são alarmantes e demandam ações urgentes para mitigar danos adicionais e promover práticas mais sustentáveis de desenvolvimento.

Trata-se de um problema global cada vez mais incontestável. A poluição do ar e as emissões descontroladas de gases de efeito estufa, provenientes da exploração irresponsável dos recursos do Planeta afetaram gravemente o sistema climático global e estão colocando em risco a nossa existência. Contudo, não afeta a todos da mesma forma e na mesma proporção, as mudanças climáticas abalam de forma desproporcional as comunidades vulneráveis, agravando a pobreza, a insegurança alimentar e os desafios de adaptação, conforme afirma o Papa Francisco:

As mudanças climáticas são um problema global com graves implicações ambientais, sociais, econômicas, distributivas e políticas, constituindo atualmente um dos principais desafios para a humanidade. Provavelmente os impactos mais sérios recairão, nas próximas décadas, sobre os países em vias de desenvolvimento. Muitos pobres vivem em lugares particularmente afetados por fenômenos relacionados com o aquecimento, e os seus meios de subsistência dependem fortemente das reservas naturais e dos chamados serviços do ecossistema como a agricultura, a pesca e os recursos florestais. Não possuem outras disponibilidades econômicas nem outros recursos que lhes permitam adaptar-se aos impactos climáticos ou enfrentar situações catastróficas, e gozam de reduzido acesso a serviços sociais e de proteção (LS, 25).

Para mitigar esses problemas, é crucial promover-se uma nova forma de desenvolvimento (que seja realmente sustentável), e que parta de uma visão integral, harmonizando o desenvolvimento, a conservação ambiental e a equidade social. Precisamos anunciar: “Contrariamente a este paradigma tecnocrático, afirmamos que o mundo que nos rodeia não é um objeto de exploração, utilização desenfreada, ambição sem limites” (LD, 25). Investir em fontes de energia renovável e reduzir a dependência de combustíveis fósseis são medidas essenciais para enfrentar as mudanças climáticas. Do mesmo modo, é crucial a implementação de regulamentações rigorosas e políticas ambientais eficazes para orientar o desenvolvimento e garantir tais práticas sustentáveis. Contudo, tais mudanças precisam decorrer de uma transformação de mentalidade, que coloque os mais pobres no centro das discussões ambientais e econômicas:

[...]Se os pobres e a degradação do sistema não forem colocados no centro das atenções, como prioridades e emergências, a vida continuará à mercê dos interesses egoístas e míopes de alguns que levarão a destruição do planeta e a uma desigualdade social cada vez maior (SLEUTJES, 2023, p. 99).

Por fim, a referida transformação surgirá sobretudo da conscientização da população global sobre os impactos do desenvolvimento não sustentável e todas as problemáticas ligadas a ele, combatendo toda forma de desinformação. Esses são passos fundamentais para criar uma sociedade mais consciente e comprometida com o futuro da humanidade e, conseqüentemente, deve impulsionar ações globais. Somente com a união de forças será possível parar o curso catastrófico de esgotamento ambiental que está sendo vivenciado.

## **2.8 Síntese Compreensiva**

Na intersecção entre a análise crítica e a profecia, este capítulo mergulhou nas entranhas do panorama econômico global atual, revelando sucintamente seus alicerces frágeis e as contradições inerentes ao sistema capitalista e neoliberal. Ao desvendar a defesa alienante do sistema, impulsionada por uma ideologia lucrativa, meritocrática e tecnocrática, tornou-se evidente a incapacidade dos Estados de regular um sistema cada vez mais independente das legislações vigentes, evidenciada pelos monopólios e oligopólios que continuam a se proliferar, exacerbando a desigualdade e alimentando a pobreza.

Aprofundando-se nos problemas, ressaltou-se o abismo entre as nações e o papel da globalização como catalisador do subdesenvolvimento, perpetuando um ciclo vicioso de desigualdade e exclusão. Em meio a esse contexto sombrio, ecoa um grande alerta sobre o esgotamento inexorável dos recursos naturais e para as mudanças climáticas, clamando por uma urgência premente de repensar os paradigmas econômicos vigentes.

Assim, além de uma denúncia profética da economia atual, este capítulo se configura como um chamado à ação transformadora, rumo a um modelo mais justo, sustentável e solidário. Esta busca pela transformação será o próximo foco deste trabalho acadêmico, delineando as bases hermenêuticas para repensarmos o modelo atual inspirados pelas propostas do Papa Francisco e, em decorrência, indicando alguns possíveis passos que podem auxiliar na construção de um futuro econômico mais equitativo e harmonioso.

### 3 DISCERNIR: UM OLHAR TEOLÓGICO DA ECONOMIA

Após realizar uma análise da realidade atual, será possível verificar o posicionamento do magistério eclesial. A Igreja não é alheia à nenhuma realidade humana, ela existe e exerce a função de continuar a missão do Reino de Deus (anunciado por Jesus Cristo). Segundo indicou o Concílio Vaticano II (=CVII), na constituição pastoral *Gaudium et Spes* (=GS):

As alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos homens de hoje, sobretudo dos pobres e de todos aqueles que sofrem, são também as alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos discípulos de Cristo; e não há realidade alguma verdadeiramente humana que não encontre eco no seu coração (GS, 1).

Desse modo, encontra-se (na Tradição e no magistério eclesial) críticas contundentes e amplas a aspectos centrais do modelo econômico capitalista, especialmente no que se refere à desvalorização da pessoa humana, ferindo a sua dignidade concedida pelo próprio Deus em sua missão de criação e salvação. O magistério (em consonância com os princípios evangélicos), formulou diversos escritos e reflexões que contribuíram para a disseminação do conceito de dignidade humana, bem como para a constituição dos direitos que garantam dignidade a todos os homens e mulheres.

Esses princípios estão presentes, especialmente, nos escritos do CVII (1962-1965) e nos documentos papais de carácter social, inaugurados por Leão XIII com a publicação da encíclica *Rerum Novarum* em 1891 e continuado pelos pontífices posteriores através de diversos escritos. Posteriormente estes documentos foram compilados e sistematizados nos princípios do Compêndio de Doutrina Social da Igreja (MACCARI, 2021). Nesse capítulo, alguns deles servirão de premissas para embasar o olhar teológico para com a economia.

Também os documentos das Conferências Gerais do Episcopado Latino-Americano, serão de grande valor para esse trabalho de pesquisa. Tais documentos, buscaram inculturar o magistério eclesial universal na dura realidade observada na América Latina. Através deles, os bispos desta localidade denunciaram as injustiças no campo político, social e econômico. Grande parte das afirmações e das discussões (no campo da Doutrina Social e da Moral Social) sofreram grande influência destas discussões latino-americanas. Destaca-se a opção preferencial pelos pobres como uma exigência fundamental do Evangelho e o reconhecimento da pobreza como fruto do regime capitalista.



Jorge Mario Bergoglio, atual Papa Francisco, tem seu pensamento marcado por essa conjuntura eclesial, nascido na Argentina e tendo sido arcebispo de Buenos Aires, sempre foi um grande representante e propagador do humanismo cristão. Para ele, reconhecer a dignidade de todo ser humano acima de tudo, é fundamental para a promoção do bem comum e da justiça social, e para o desenvolvimento integral da pessoa humana.

É importante destacar que Francisco está alicerçado na corrente teológica argentina denominada “Teologia do Povo”. Essa abordagem teológica se origina nas reflexões da “Teologia da Libertação”, corrente que tem como *Locus Theologicus* o sofrimento dos pobres e dos marginalizados (GONÇALVES, 2020), mas se diferencia dela em alguns aspectos, que serão aprofundados aqui posteriormente. Trata-se, em princípio, de uma teologia encarnada, que tem como ponto de partida a realidade concreta dos povos, suas culturas e tradições e que busca interpretar essa realidade à luz da fé cristã (MACCARI, 2021).

Juan Carlos Scannone, um dos grandes teólogos dessa corrente, apresenta três pilares fundamentais para compreender essa teologia: a encarnação, a inculturação e a comunhão. A encarnação se refere ao fato de que Deus se fez homem em Jesus Cristo, assumindo a condição humana e compartilhando as alegrias e dores do povo. A inculturação se refere à necessidade de a mensagem cristã ser traduzida e encarnada nas diferentes culturas e realidades históricas dos povos, sem descaracterizar a sua essência. E a comunhão se refere à importância da dimensão comunitária e participativa da fé cristã, que deve ser vivida em comunhão com os outros e com a natureza (SCANNONE, 2019).

Nesse âmbito, também exerce influência sobre a Teologia do Povo e sucessivamente sobre o pensamento do atual pontífice, a filosofia de Enrique Dussel, filósofo argentino que construiu o conceito de ética do cuidado, uma forma de pensar e agir que coloca a vida humana em primeiro lugar, promovendo a dignidade e os direitos humanos. Para ele, esse modelo ético é uma resposta aos desafios éticos e políticos da sociedade contemporânea, que se caracteriza pela globalização, pela exclusão social e pela crise ambiental. O cuidado é mais do que um conceito, é uma prática que envolve atenção, responsabilidade e solidariedade com o outro. Uma ética do cuidado deve reconhecer a vulnerabilidade e a interdependência humana, promovendo assim a justiça e a equidade social (RAUPP, 2022).

Toda essa formação hermenêutica do pensamento de Francisco marca os documentos de seu pontificado que, nesse capítulo, serão também utilizados para discernir teologicamente sobre os problemas apresentados anteriormente.

### 3.1 A Dignidade da Pessoa Humana

A Dignidade da Pessoa Humana é um dos princípios fundamentais da fé cristã. Na própria revelação bíblica Deus apresenta o Homem como sua criatura, dotada de natureza racional e espiritual que o torna único perante a sua criação e irrepetível como imagem e semelhança D'Ele. Conforme define Jean Yves Lacoste:

[...] não é uma simples qualificação do homem, mas pertence ao seu ser mesmo. Foi Criado por Deus para amar e admirar a criação, da qual ele mesmo é como um microcosmo por sua nobre inteligência. Esse intelecto tem por fonte o Deus uno e trino, que criou o homem “à sua imagem” (LACOSTE, 2014, p. 843).

Essa concepção parte de uma visão antropológica humanista que destaca a singularidade e o valor inerente de cada indivíduo. Cada homem e mulher é dotado dessa mesma dignidade, independentemente de qualquer característica individual, como cor, gênero, orientação sexual, nacionalidade ou condição socioeconômica.

O valor incomensurável do Ser Humano não pode jamais ser negado ou negligenciado, mesmo diante das circunstâncias adversas, tais como: guerras, desastres, enfermidades ou colapsos econômicos. Por isso a DSI destacando a caridade teologal como rejeição a toda forma de egoísmo, enfatiza a interconexão entre os seres humanos e a responsabilidade mútua no cuidado de uns para com os outros. Segundo o Compêndio da Doutrina Social da Igreja (=CDSI) “A uma igualdade no reconhecimento da dignidade de cada homem e de cada povo, deve corresponder a consciência de que a dignidade humana poderá ser salvaguardada e promovida somente de forma comunitária, por parte de toda a humanidade” (CDSI, 145).

Os seres humanos não são apenas indivíduos isolados, mas membros de uma comunidade global que compartilham um destino comum. Nesse contexto, a dignidade humana não poderá ser plenamente alcançada sem considerar as necessidades e aspirações de todos, especialmente os mais vulneráveis e marginalizados, conforme indica: “[...] é necessário, em particular, apoiar os últimos, assegurar efetivamente condições de igual oportunidade entre homem e mulher, garantir uma objetiva igualdade entre as diversas classes sociais perante a lei” (CDSI, 145).

Ao afirmar a proteção e promoção da dignidade humana como um imperativo moral e ético necessário para uma verdadeira justiça social, a visão cristã colabora para colocar o ser humano no centro de todas as preocupações sociais, econômicas e políticas. Isso implica não apenas garantir acesso igualitário a recursos e oportunidades, mas também criar estruturas

sociais e econômicas que permitam que todos os indivíduos alcancem seu pleno potencial como seres humanos. Conforme indica o CVII:

É necessário, portanto, tornar acessíveis ao homem todas as coisas de que necessita para levar uma vida verdadeiramente humana: alimento, vestuário, casa, direito de escolher livremente o estado de vida e de constituir família, direito à educação, ao trabalho, à boa fama, ao respeito, à conveniente informação, direito de agir segundo as normas da própria consciência, direito à protecção da sua vida e à justa liberdade mesmo em matéria religiosa. A ordem social e o seu progresso devem, pois, reverter sempre em bem das pessoas, já que a ordem das coisas deve estar subordinada à ordem das pessoas e não ao contrário [...] (GS, 26).

Alguns aspectos históricos e culturais influenciaram os pontífices a exercerem a profecia através de pronunciamentos de caráter social. Tais documentos tem como cerne a defesa da dignidade da pessoa humana em meio à situações concretas de seu tempo, conjuntamente, desempenham um papel crucial na evolução do magistério da Igreja sobre essa questão.

A encíclica *Rerum Novarum* (=RN) de Leão XIII abordou a questão operária, refletindo a crescente preocupação com a dignidade dos trabalhadores, bem como a necessidade de justiça social diante das transformações, desencadeadas pela Revolução Industrial. Denunciando toda forma de exploração dos trabalhadores e clamando por melhores condições de vida para todos, afirmou com veemência: “A ninguém é lícito violar impunemente a dignidade do homem [...]” (RN, 23).

João XXIII, na encíclica *Pacem in Terris* (=PT) reconheceu e incorporou os ideais das liberdades modernas, sinalizando uma adaptação da Igreja aos desafios e mudanças da sociedade contemporânea. O pontífice soube escutar os sinais do tempo, marcado por um forte reconhecimento da interconexão crescente da sociedade e complexas interrelações, que influenciaram a percepção da liberdade humana e sua relação com as estruturas sociais e políticas. Declarando: “[...] esta verdadeira e digna liberdade dos filhos de Deus que mantém alta a dignidade da pessoa humana é superior a toda violência e injúria, e sempre esteve nos mais ardentes desejos da Igreja” (PT, 14).

Esses exemplos demonstram que os pronunciamentos papais de caráter social buscam afirmar e defender o valor transcendente dos seres humanos, levando em consideração cada situação histórica particular. Isso implica que, a partir da moral cristã, o valor do indivíduo deve ser o critério para avaliar as instituições políticas e legais. Analisa-se um sistema social questionando: esse sistema respeita à dignidade humana? Em que medida não a respeita?

Consequentemente, o ponto central (que é chave de leitura para toda a doutrina social da Igreja), e que inspira toda e qualquer discussão no campo da moral social é, sem dúvida, a dignidade humana, conforme indica o CDSI:

Os princípios permanentes da doutrina social da Igreja constituem os verdadeiros e próprios gonzos do ensinamento social católico: trata-se do princípio da dignidade da pessoa humana — já tratado no capítulo anterior — no qual todos os demais princípios ou conteúdo da doutrina social da Igreja têm fundamento do bem comum, da subsidiariedade e da solidariedade (CDSI, 160).

Com isso, a moral cristã, centrada na pessoa humana, indica uma preocupação constante com a realidade, especialmente diante dos modelos contemporâneos de organização social que tendem a subjugar os indivíduos à lógicas tecnológicas e de poder. Consequentemente, é necessário repensar-se o modelo econômico atual através da defesa do primado do ser humano, pois nada justifica um sistema que favorece alguns desrespeitando aos outros, conforme indica o Papa Francisco:

O desenvolvimento não deve orientar-se para a acumulação sempre maior de poucos, mas há de assegurar os direitos humanos, pessoais e sociais, econômicos e políticos, incluindo os direitos das nações e dos povos. O direito de alguns à liberdade de empresa ou de mercado não pode estar acima dos direitos dos povos e da dignidade dos pobres; nem acima do respeito pelo ambiente, pois quem possui uma parte é apenas para administrar em benefício de todos (FT, 122).

O sistema econômico e as relações econômicas devem estar subordinados ao bem-estar humano, nunca o contrário. Quando se olha para a economia sob uma perspectiva teológica, a primeira premissa é a necessidade de assegurar a dignidade de todos os homens e mulheres. Assim, políticas econômicas não devem ser avaliadas apenas por sua eficiência ou lucratividade, mas sobretudo pelo impacto que têm sobre as pessoas.

O verdadeiro progresso humano não pode ser medido apenas pelo crescimento do Produto Interno Bruto (=PIB) de um país ou do mundo inteiro. Na era da acumulação de capital improdutivo, o PIB se torna apenas um indicador de quanto tem sido acumulado por alguns em detrimento da grande maioria (DOWBOR, 2017). Em vez disso, deve-se avaliar o progresso com base na melhoria do bem-estar e da qualidade de vida de toda a população, especialmente dos mais vulneráveis e marginalizados. Afinal, uma economia verdadeiramente a serviço do ser humano reconhece que a prosperidade real se mede pela qualidade de vida de todos, não apenas de uma elite privilegiada.

Portanto, é essencial que todos colaborem para o surgimento de novos modelos econômicos, influenciados pela necessidade de garantir qualidade de vida para todos, em prol

do bem comum. Como disse o Papa Francisco: “É hora de restaurar uma ordem justa e encontrar os mecanismos para garantir a todos uma vida digna de ser chamada de humana” (FRANCISCO, 2020, p. 122).

### 3.2 O Bem Comum

Do reconhecimento da dignidade, unidade e igualdade de todas as pessoas deriva-se o princípio do bem comum, e todos os aspectos da vida social devem ser direcionados para esse fim. Trata-se de mais um princípio fundamental da Doutrina Social da Igreja, definido pelo CVII como: “[...] o conjunto de condições de vida social que permitem aos indivíduos, às famílias e às associações alcançar mais completamente e com maior facilidade a própria perfeição [...]” (GS, 26).

Este princípio tem raízes em ideias presentes já na filosofia da Grécia Antiga, no qual Aristóteles (384-322 a.C.), no primeiro parágrafo do livro primeiro da política, sustenta que “[...] toda cidade é uma espécie de associação, e que toda associação se forma tendo por alvo algum bem; porque o homem só trabalha pelo que ele tem em conta de um bem.”, sendo que todas as “[...] sociedades, pois, se propõem qualquer bem – sobretudo a mais importante delas, pois que visa a um bem maior, envolvendo todas as demais: a cidade ou sociedade política” (ARISTÓTELES, 2009, p.13).

Tendo sido assumido pela tradição ética judaico-cristã, é compreendido como o conjunto de condições que permitem que todos os membros da comunidade alcancem seu pleno potencial e assim realizem de modo perfeito a sua dignidade humana. Na DSI, destaca-se o seu caráter holístico: “Uma sociedade que, em todos os níveis, quer intencionalmente estar ao serviço do ser humano é a que se propõe como meta prioritária o bem comum, enquanto bem de todos os homens e do homem todo” (CDSI, 164).

À luz do caráter relacional da pessoa, a dignidade humana não pode ser totalmente compreendida sem considerar nossas relações com os outros. Isso implica que a liberdade individual não deve ser exercida de maneira isolada, mas dentro de um contexto de responsabilidade e consideração pelos demais. Assim o bem comum não deve ser reduzido a um mero bem-estar econômico, mas como parte da plena realização da pessoa humana.

A transição ideológica do século XX para o XXI, marcada pela queda do socialismo real e pela crise do liberalismo clássico, deu espaço para a ascensão de uma nova ideologia libertária e tecnocrata, que se tornou uma espécie de “pensamento único” predominante na era globalizada.

A tecnocracia transformou a maneira como concebemos a vida humana, submetendo-a ao mercado. Essa mudança redefine a questão social e econômica, que se torna também uma questão antropológica. Conforme:

A ideologia tecnocrática dominante está intrinsecamente relacionada com o materialismo utilitarista, ou seja, só há valor no que é eficaz e só vale o que rende em termos de produtividade e desenvolvimento econômico. Assim, o ser humano prescinde da sua dimensão ética e religiosa, que constitui os pilares sobre os quais se apoia o bem comum (SORGE, 2018, p.47).

Diante da visão tecnocrática observa-se a necessidade de pensar-se um novo humanismo. Um novo pensamento que colabore para alicerçar condições que possibilitem aos grupos e indivíduos alcançarem sua plena realização. Reconhecendo que a pessoa humana não se realiza plenamente em si mesma, mas depende de sua interação com os outros. Portanto, a busca ativa pelo bem, sentido e verdade nas diversas formas de vida social (desde a família até as nações) é essencial, pois cada forma de sociabilidade deve enfrentar a questão do bem comum como parte essencial de sua existência.

Nesse sentido, o Papa Bento XVI em sua encíclica *Caritas in Veritate* (=CV), destacou a necessidade deste novo humanismo, baseado em princípios éticos, culturais e políticos, para fundamentar o desenvolvimento humano integral em um mundo globalizado:

O verdadeiro desenvolvimento não consiste primariamente no fazer; a chave do desenvolvimento é uma inteligência capaz de pensar a técnica e de individualizar o sentido plenamente humano do agir do homem, no horizonte de sentido da pessoa vista na globalidade do seu ser (CV, 78).

A encíclica *Laudato Si* introduz o conceito de ecologia integral, que vai além das respostas imediatas para os problemas ambientais e requer uma mudança de paradigma em direção a uma cultura e espiritualidade que resista ao domínio tecnocrático. Destaca-se a importância de ver todas as criaturas como irmãs e de adotar um estilo de vida que promova a sobriedade e a responsabilidade ambiental (BOARETO, 2019).

Afirma-se, assim, a interligação entre ser humano, sociedade e natureza, enfatizando a necessidade de uma abordagem holística para alcançar o verdadeiro desenvolvimento humano integral. Em decorrência disso, a ecologia integral pode ser vista como uma nova formulação do princípio de bem comum, da qual é inseparável. Segundo o próprio Papa Francisco: “A ecologia integral é inseparável da noção de bem comum, princípio este que desempenha um papel central e unificador na ética social” (LS, 156).

O princípio do bem comum contribui para haja na sociedade uma ênfase na solidariedade e na justiça social. Recordando a responsabilidade que cada indivíduo tem para com o outro e a importância de trabalhar pelo bem-estar de todos. Esse princípio não se limita apenas a garantir acesso igualitário a recursos e oportunidades, mas também abrange a promoção da inclusão social e econômica de todos os membros da comunidade.

Na esfera econômica, o Bem Comum desafia o individualismo excessivo e o egoísmo presentes em algumas abordagens econômicas. Ele propõe uma economia que coloque as necessidades humanas e o bem-estar da comunidade no centro das preocupações, em vez de priorizar o lucro a qualquer custo.

Nas condições atuais da sociedade mundial, onde há tantas desigualdades e são cada vez mais numerosas as pessoas descartadas, privadas dos direitos humanos fundamentais, o princípio do bem comum torna-se imediatamente, como consequência lógica e inevitável, um apelo à solidariedade e uma opção preferencial pelos mais pobres (LS, 158).

Essa busca pelo bem comum está intrinsecamente ligada à promoção integral da pessoa e de seus direitos fundamentais. Infelizmente, a má distribuição de riqueza tem comprometido a efetiva realização desse princípio. Portanto, cabe ao Estado desempenhar um papel fundamental na garantia da coesão social e na organização necessária para alcançar esse objetivo.

Além disso, cada nação tem o dever de contribuir para a cooperação internacional em prol do bem comum da humanidade. Isso envolve esforços conjuntos pela paz, organização dos Estados, estabelecimento de um ordenamento jurídico sólido e preservação do meio ambiente. Essa cooperação visa principalmente garantir a prestação de serviços essenciais, como alimentação, habitação, trabalho, educação e acesso à cultura.

Em resumo, o princípio do bem comum oferece uma visão ética e moral que orienta a ação humana em direção a uma sociedade mais justa, solidária e humana. Ele desafia a busca de formas de promover o bem-estar de todos, especialmente dos mais necessitados, e a construção de uma comunidade baseada na justiça, na solidariedade e no respeito pela dignidade de cada pessoa.

### **3.3 A Propriedade Privada e a Destinação Universal dos Bens**

Na Doutrina Social da Igreja, a questão da propriedade dos bens é de extrema importância, pois está intrinsecamente ligada à dignidade da pessoa humana, à justiça social e

ao bem comum. A propriedade privada é vista como um direito natural, que deve ser exercido de forma a garantir que todos tenham acesso aos bens necessários para uma vida digna, em conformidade com os princípios da solidariedade e da destinação universal dos bens.

A legitimidade da propriedade privada é defendida, mas ressalta-se que esse direito está subordinado ao princípio do destino universal dos bens, ou seja, os bens da terra devem servir a todos os seres humanos, não apenas a alguns indivíduos ou grupos. Além disso, a propriedade dos bens deve estar a serviço do bem comum, contribuindo para a promoção da justiça social e para a garantia dos direitos fundamentais de todos. Conforme:

A tradição cristã nunca reconheceu o direito à propriedade privada como absoluto e intocável: pelo contrário, sempre o entendeu no contexto mais vasto do direito comum de todos a utilizarem os bens da criação inteira: o direito à propriedade privada está subordinado ao direito ao uso comum, subordinado à destinação universal dos bens (CDSI, 177).

Pode-se observar que a questão não se restringe apenas a aspectos econômicos, mas abrange uma visão mais ampla da dignidade humana, da solidariedade e da responsabilidade para com o próximo e o meio ambiente. É um tema central que busca orientar as relações sociais e econômicas de acordo com os valores evangélicos de justiça, amor e fraternidade.

A visão da Igreja sobre o direito de propriedade, é formulada no decorrer da história, mas grande parte do que hoje é abordado sobre esse tema tem fundamentos extremamente sólidos na Patrística, no que se refere aos primeiros séculos do Cristianismo, como também na Escolástica, que, por sua vez, se desenvolveu durante a Idade Média.

Em quase todos os Padres da Igreja, de todo o período patrístico, seja no Ocidente, seja no Oriente, encontramos um conjunto substantivo de escritos que abordam a questão social e econômica. Em todos estes escritos dois princípios se apresentam como basilares: a Destinação Universal dos Bens e a afirmação de que o supérfluo por direito é do Pobre (ANDRADE, 2021, p. 70).

Como mencionado, são dois princípios basilares para compreender a questão da propriedade na DSI. O primeiro deles, a destinação universal dos bens, parte da afirmação de que Deus é o criador de todas as coisas e que Ele as deu para o bem comum de toda a humanidade. Portanto, os seres humanos são considerados administradores ou guardiões dos recursos da Terra, e têm a responsabilidade de utilizá-los de maneira justa e equitativa, levando em consideração as necessidades de todos. Sobre isso, afirma o Papa Francisco: “Quem possui uma parte é apenas para a administrar em benefício de todos. Se não o fizermos, carregamos na consciência o peso de negar a existência aos outros” (LS, 95).



Outro princípio importante é o reconhecimento de que o supérfluo pertence ao pobre, ou seja, aqueles que possuem mais do que o necessário têm a obrigação ética de partilhar com os necessitados. Essa visão está presente tanto na patrística quanto na escolástica e enfatiza a importância da solidariedade e da justiça na distribuição dos bens. Afirma São Basílio Magno:

O que faço de errado, diz ele, guardando o que é meu? Dize-me, de que modo é teu? Donde tiraste, tomando-o para teu sustento? É como alguém que, indo ao teatro, se apoderasse do espetáculo e quisesse excluir os que entrassem depois, pretendendo ser só seu aquilo que é comum a todos os que se apresentam, conforme lhes parece bem. Assim são os ricos. Pois, apoderando-se primeiro do que é de todos, tudo tomam para si por uma falsa ideia. Se cada um tirasse para si o que lhe é necessário e entregasse ao Indigente o que sobra, ninguém seria rico, ninguém pobre. Não saíste nu do útero e não retornarás nu para a terra (Jó 1,21)? Os bens que possuis, de onde vêm? Se dizes que provêm do acaso, és ímpio, não reconhecendo o Criador e não dando graças ao doador. Se, ao invés, admites que são de Deus, dize-me por que os recebeste. É talvez injusto Deus, que nos distribui os meios de subsistência de modo desigual? Por que tu és rico e aquele é pobre? (CESAREIA, 2014, p. 22-23).

Segundo o pensamento do referido autor, reter o excedente das próprias necessidades e negar ao próximo o que lhe é essencial não constitui apenas uma falha moral, assemelhando-se à avareza, mas configura um ato de injustiça, caracterizando-se como um roubo. Ao reter para si o que, por direito, pertence ao outro, a pessoa se transforma em um ladrão. Embora detenha a posse desses bens, eles não lhe pertencem, mas sim ao necessitado.

Portanto, a propriedade privada não deve ser encarada como um princípio absoluto, pois a pessoa não pode dispor dos bens que possui conforme seus próprios desejos. É seu dever colocá-los a serviço das necessidades de todos, independentemente da origem dessa posse, seja ela herança, fruto de seu trabalho, sorte, comércio ou qualquer outra fonte.

Os dois princípios aqui mencionados, indicam que, em última análise, todos os bens foram criados por Deus para satisfazer as necessidades de todos. Se, porventura, alguém detém mais do que o necessário para viver e priva outro do que lhe falta, está obrigado, por dever de justiça, a partilhar o excedente que possui, agindo como um bom administrador dos bens confiados a ele, de modo a garantir que o próximo também tenha o necessário para subsistir.

O rico e o pobre têm igual dignidade, porque “quem os fez a ambos foi o Senhor” (Pr. 22, 2); “Ele criou o pequeno e o grande” (Sab. 6, 7) e “faz com que o sol se levante sobre os bons e os maus” (Mt. 5, 45). Isto tem consequências práticas, como explicitaram os bispos do Paraguai: “Cada camponês tem direito natural de possuir um lote razoável de terra, onde possa estabelecer o seu lar, trabalhar para a subsistência da sua família e gozar de segurança existencial. Este direito deve ser de tal forma garantido, que o seu exercício não seja ilusório, mas real. Isto significa que, além do título de propriedade, o camponês deve contar com meios de formação técnica, empréstimos, seguros e acesso ao mercado” (LS, 94).

Tais fundamentos, influenciaram a visão da Igreja sobre o direito de propriedade, destacando a importância de uma abordagem equilibrada que reconheça a dignidade da pessoa humana, a solidariedade, a justiça social, a responsabilidade mútua de uns para com os outros e a corresponsabilidade com o meio ambiente.

Nesse sentido, a DSI destaca a necessidade de uma ecologia integral, que considere não apenas a preservação do meio ambiente, mas também a promoção do desenvolvimento humano e social. Isso implica em reconhecer que a propriedade dos bens não deve ser exercida de forma predatória, mas sim de maneira a garantir a harmonia entre as necessidades humanas, a preservação da natureza e o respeito pelas futuras gerações.

Quando falamos de meio ambiente, fazemos referência também a uma particular relação: a relação entre a natureza e a sociedade que a habita. Isto impede-nos de considerar a natureza como algo separado de nós ou como uma mera moldura da nossa vida. Estamos incluídos nela, somos parte dela e compenetramo-nos[...] (LS, 139).

Essa visão, demonstra também uma dimensão intergeracional da propriedade dos bens, no que se refere à responsabilidade das atuais gerações em assegurar que os recursos naturais sejam preservados e utilizados de maneira a garantir o bem-estar das gerações futuras. Isso implica na promoção de práticas sustentáveis, na luta contra o desperdício e na adoção de políticas voltadas para a proteção do meio ambiente a longo prazo.

Portanto, encontramos na DSI, uma abordagem integral no que se refere à propriedade dos bens, que leva em consideração não apenas as necessidades presentes, mas também o impacto das ações sobre o meio ambiente e as gerações futuras. Essa visão enfatiza a dignidade e o valor intrínseco de cada pessoa, independentemente de sua posição social ou econômica. Ao mesmo tempo, busca promover a justiça intergeracional e a sustentabilidade, fundamentadas nos princípios da solidariedade, da responsabilidade e do cuidado com a criação.

Quando pensamos na situação em que se deixa o planeta às gerações futuras, entramos noutra lógica: a do dom gratuito, que recebemos e comunicamos. Se a terra nos é dada, não podemos pensar apenas a partir dum critério utilitarista de eficiência e produtividade para lucro individual. Não estamos a falar duma atitude opcional, mas duma questão essencial de justiça, pois a terra que recebemos pertence também àqueles que hão-de vir (LS, 159).

Na prática, isso significa que a sociedade deve buscar formas de combater a pobreza, a desigualdade e a exclusão social, promovendo políticas e práticas que assegurem a justiça distributiva e a solidariedade entre os membros da comunidade. Isso pode incluir medidas como

a redistribuição de recursos, a promoção de programas de assistência social, o desenvolvimento de políticas de inclusão econômica e social, entre outras.

A partir dessa análise, pode-se perceber que na visão de propriedade trazida pelo cristianismo, encontramos uma oposição ao capitalismo. Afinal esse sistema econômico, tem foco excessivo no lucro e na acumulação de riqueza por parte de uma minoria, em detrimento do bem-estar e da dignidade de todas as pessoas. Tal concentração desigual de recursos contraria o princípio da destinação universal dos bens.

Além disso, o capitalismo gera injustiças estruturais que perpetuam a pobreza e a desigualdade, dificultando o acesso de muitas pessoas aos recursos necessários para uma vida digna. Isso entra em conflito direto com a ideia de que os bens da Terra devem ser compartilhados de forma equitativa para o benefício de toda a humanidade. Segundo o Papa Francisco:

Isto acontece quando no centro de um sistema econômico está o deus dinheiro e não o homem, a pessoa humana. Sim, no centro de cada sistema social ou econômico deve estar a pessoa, imagem de Deus, criada para que seja o denominador do universo. Quando a pessoa é deslocada e chega o deus dinheiro dá-se esta inversão de valores (FRANCISCO, 2014).

Portanto, ao enfatizar a destinação universal dos bens, a DSI propõe uma visão abrangente da propriedade, onde o privado só existe se levado em conta o benefício de todos, nunca para uma acumulação supérflua de bens. Dessa maneira, pode-se observar uma crítica ao sistema econômico atual, que desrespeita a dignidade humana e não consegue garantir a justiça distributiva. Destaca-se a importância de buscar alternativas que promovam o bem comum e a solidariedade, ao invés de privilegiar apenas o lucro e o crescimento econômico a qualquer custo.

### **3.4 A Opção Preferencial pelos Pobres**

Em consonância com os princípios aqui expostos: a dignidade humana, o bem comum e a destinação universal dos bens, ocupa grande destaque na doutrina social da Igreja e, no magistério eclesial, a opção preferencial pelos pobres. Essa opção destaca o compromisso da Igreja Católica com os mais vulneráveis e marginalizados da sociedade. Trata-se de uma disposição que encontra seu fundamento no próprio Evangelho e que perpassa todas as decisões e posicionamentos eclesiais.

Originou-se principalmente das reflexões teológicas e pastorais do CVII e foi posteriormente desenvolvido e aprofundado por documentos papais e pronunciamentos dos bispos. De modo particular, há um momento marcante para o reconhecimento dessa opção por parte do magistério eclesial: o Pacto das Catacumbas, ocorrido em 16 de novembro de 1965. Nesse momento, quarenta bispos (ao redor da mesa da Eucaristia) assinaram um acordo pelo qual se comprometiam a se esforçar para reverter o escândalo da pobreza no mundo. Assim, reconheciam a necessidade de a Igreja ser mais solidária com os pobres e prometiam viver com simplicidade, renunciando aos luxos e regalias.

Tal pacto marcou a influência da Teologia da Libertação nas decisões eclesiais e, dessa forma, foi assumida uma clara opção preferencial pelos pobres que, posteriormente, foi reafirmada pelo magistério dos bispos latino-americanos nas conferências gerais, bem como pelo próprio magistério universal, nos discursos e documentos pontifícios, e sintetizado no CDSI:

O princípio da destinação universal dos bens requer que se cuide com particular solicitude dos pobres, daqueles que se acham em posição de marginalidade e, em todo caso, das pessoas cujas condições de vida lhes impedem um crescimento adequado. A esse propósito deve ser reafirmada, em toda a sua força, a opção preferencial pelos pobres (CDSI, 182).

Essa opção reconhece que a preocupação pelos pobres e excluídos é uma parte essencial da mensagem evangélica de Jesus Cristo, que mostrou uma preferência especial pelos marginalizados, doentes, pecadores e oprimidos em seu ministério terreno. Assim, a predileção pelos pobres reflete a imitação de Cristo na prática do amor compassivo e da solidariedade para com os mais necessitados. “O amor da Igreja pelos pobres inspira-se no Evangelho das bem-aventuranças, na pobreza de Jesus e na Sua atenção aos pobres” (CDSI, 184).

Conforme afirma o Papa Francisco, em uma de suas catequeses sobre o tema: “O próprio Cristo, que é Deus, despojou-se, fazendo-se semelhante aos homens; e não escolheu uma vida de privilégio, mas escolheu a condição de servo. Aniquilou-se a si mesmo fazendo-se servo. Nasceu numa família humilde e trabalhou como artesão.” (FRANCISCO, 2020).

Portanto, a opção preferencial pelos pobres, nasce do próprio evangelho e da vida de Jesus de Nazaré. Nele Deus que se fez homem e, ao mesmo tempo, se fez classe ao encarnar no seio de uma família pobre e trabalhadora. Sua inclinação pelos simples inspira um compromisso que requer uma abordagem globalizante e inclusiva para colocar as necessidades dos pobres e marginalizados no centro das preocupações sociais, econômicas e políticas.

Trata-se de uma opção, ou de uma forma especial de primado na prática da caridade cristã, testemunhada por toda a Tradição da Igreja. Ela concerne a vida de cada cristão, enquanto deve ser imitação da vida de Cristo; mas aplica-se igualmente às nossas responsabilidades sociais e, por isso, ao nosso viver e às decisões que temos de tomar, coerentemente, acerca da propriedade e do uso dos bens (CDSI, 182).

Colocando os pobres no centro das decisões, reconhece-se a importância de políticas públicas que promovam a inclusão social e econômica, como programas de assistência social, educação acessível e oportunidades de emprego digno. Além disso, valoriza-se a participação ativa das comunidades marginalizadas no desenvolvimento e implementação dessas políticas, garantindo que suas vozes sejam ouvidas e suas necessidades atendidas de maneira adequada e sensível.

Não se trata (de maneira alguma) de um simples conceito teológico, mas de uma opção que se volta para a prática e para a tomada de decisões. Conforme destacado pelos bispos latino-americanos: “Ela há de se manifestar em opções e gestos visíveis, principalmente na defesa da vida e dos direitos dos mais vulneráveis e excluídos, e no permanente acompanhamento em seus esforços por serem sujeitos de mudança e de transformação de sua situação” (DAp, 394).

Ao priorizar as necessidades dos pobres e marginalizados, não apenas beneficia-se os indivíduos diretamente afetados pela pobreza e marginalização, mas também se fortalece todo o tecido social, promovendo a paz, a coesão e a solidariedade entre todos os membros da sociedade. Uma sociedade mais justa e equitativa, onde todos tenham a oportunidade de prosperar e alcançar seu pleno potencial humano. Em conformidade com a afirmação de Francisco:

Nas condições atuais da sociedade mundial, onde há tantas desigualdades e são cada vez mais numerosas as pessoas descartadas, privadas dos direitos humanos fundamentais, o princípio do bem comum torna-se imediatamente, como consequência lógica e inevitável, um apelo à solidariedade e uma opção preferencial pelos mais pobres. [...] exige acima de tudo contemplar a imensa dignidade do pobre à luz das mais profundas convicções de fé. Basta observar a realidade para compreender que, hoje, esta opção é uma exigência ética fundamental para a efetiva realização do bem comum (LS, 158).

Unindo-se aos outros princípios mencionados nesse trabalho e tendo observado as mazelas do sistema econômico atual, encontra-se também nessa definição uma crítica ao capitalismo vigente: “O amor pelos pobres é certamente incompatível com o amor imoderado pelas riquezas ou o uso egoístico delas” (CDSI, 184).

Trata-se assim de assumir um caminho que afasta do egoísmo e de toda forma de amor a riqueza, principalmente daquela riqueza acumulativa e fortemente improdutiva que perpassa

o capitalismo financeiro hoje. Dessa maneira, “A opção preferencial pelos pobres, esta necessidade ética e social que vem do amor de Deus, dá-nos o estímulo para pensar e conceber uma economia onde as pessoas, especialmente as mais pobres, estejam no centro” (FRANCISCO, 2020).

Uma nova economia deve nascer do compromisso ativo com a promoção da justiça social e do desenvolvimento humano integral. Para tal propósito, é essencial que haja um forte envolvimento em atividades e movimentos que visem transformar as estruturas sociais injustas e criar condições equitativas para todos. Isso requer colaboração e parceria com uma variedade de atores, incluindo organizações da sociedade civil, governos, instituições acadêmicas, setor privado e outras entidades relevantes.

[...] fazer crescer uma economia de desenvolvimento integral dos pobres e não de assistencialismo. Com isto não pretendo condenar a assistência, as obras de assistência são importantes. [...] mas devemos ir além e resolver os problemas que nos estimulam a fazer assistência (FRANCISCO, 2020).

Em resumo, a opção preferencial pelos pobres, orienta a ação da Igreja e da sociedade, em busca de colaboração para que os diferentes atores e setores, estejam em sinergia, e busquem iniciativas voltadas para a promoção da justiça social e do desenvolvimento humano integral. Essa abordagem integrada e colaborativa é essencial para construir uma sociedade onde todos tenham a oportunidade de viver com plena dignidade.

### **3.5 As Contribuições do Papa Francisco**

Tendo destacado alguns pontos importantes da doutrina social da Igreja que colaboram para um olhar atento para as mazelas da economia atual e impulsionam a busca por novas formas de economia. Agora será o enfoque desse trabalho acadêmico algumas contribuições trazidas pelo Papa Francisco (no campo da doutrina social), e suas implicações práticas. Trata-se, contudo, de um assunto abrangente, e que não será esgotado nesse tópico.

A *Exortação Apostólica Evangelii Gaudium* (=EG), é a primeira de seu pontificado e costuma ser apontada como aquela que dá as diretrizes para todo o seu trabalho pastoral. Um dos conceitos chaves apresentados nessa exortação é o conceito de “Igreja em saída”. Tal ideia influencia a abordagem do Papa Francisco em diversos campos pastorais, inclusive no enfoque social da fé, bem como a abordagem de cuidado com os vulneráveis e suas múltiplas implicações.

Essa representação, reflete a ideia de uma Igreja que não se fecha em si mesma, mas que se dirige ativamente para o mundo e para as pessoas, especialmente os mais fragilizados e vulneráveis. “A Igreja em saída é uma Igreja com as portas abertas. Sair em direção aos outros para chegar às periferias humanas [...]” (EG, 46).

Ao adotar essa perspectiva de uma Igreja em saída, o Papa Francisco demonstra um compromisso prático e pastoral com aqueles que mais necessitam de apoio e solidariedade. Ele enfatiza a importância de cuidar dos mais frágeis da Terra, incluindo os sem-abrigo, os toxicod dependentes, os refugiados, os povos indígenas, os idosos, os migrantes e os nascituros.

[...] os principais documentos promulgados pelo Papa Francisco são expressões de um modelo de Igreja de rosto alegre, evangelizadora e misericordiosa, aberta às necessidades reais dos homens e das mulheres dos nossos dias. Francisco vê a Igreja como um “hospital de campanha depois de uma batalha”, chamada a cuidar das feridas das pessoas e derramar sobre elas óleo e vinho, sendo sinal de caridade e misericórdia no mundo (MACCARI, 2021, p. 130).

Essa abordagem do Papa Francisco reflete um chamado à ação concreta e ao envolvimento ativo da Igreja e dos cristãos na promoção da justiça social, na defesa dos direitos humanos e na solidariedade com os mais necessitados. Ao colocar em prática o conceito de Igreja em saída, o Papa Francisco reforça a importância de uma atuação efetiva e comprometida com a construção de uma sociedade mais justa e fraterna, em consonância com a DSI. “Em Bergoglio, a Igreja em saída não é apenas um *slogan* do pontificado, mas a base pragmática, uma convicção que nos revela um forte humanismo: O Cristo feito carne se faz presente na carne do outro” (MACCARI, 2021, p. 243).

Dessa forma, o conceito de Igreja em saída influencia a abordagem do Papa Francisco ao destacar a necessidade de uma presença ativa e solidária da Igreja junto aos mais vulneráveis, promovendo, dessa forma, a dignidade humana, a justiça social e a solidariedade como pilares fundamentais de sua missão pastoral e social. O Papa Francisco tem sido uma figura proeminente no pensamento social da fé, trazendo uma abordagem inovadora e progressista que enfatiza questões de justiça social, cuidados com o meio ambiente e, sobretudo, solidariedade para com os pobres e marginalizados.

De forma especial, destacam-se as cartas encíclicas: *Laudato Sí e Fratelli Tutti*. Ambas são direcionadas a todas as pessoas de boa vontade, ou seja, assumindo a perspectiva de uma Igreja em saída. O pontífice não as endereça apenas aos fiéis católicos, mas a todos que se preocupam com as questões sociais que envolvem nosso planeta. Ambas as cartas contribuem

significativamente para a DSI, ampliando e aprofundando temas relevantes para a reflexão e ação da comunidade em relação às questões sociais e ambientais contemporâneas.

Tanto na encíclica *Laudato Sí*, como na *Fratelli Tutti*, estão presentes a preocupação com a inclusão social dos pobres e o desenvolvimento integral em favor dos mais vulneráveis da sociedade. Não obstante, Bergoglio afirma que a solidariedade deve ser vivida como a decisão de devolver ao pobre o que lhe corresponde. A solidariedade abre caminhos para as transformações estruturais [...] (MACARRI, 2021, p. 146).

Na carta encíclica *Laudato Sí*, Francisco aborda o conceito de ecologia integral, destacando a interconexão entre a crise ambiental, a justiça social e a promoção da paz. Ele chama a atenção para a necessidade de uma conversão ecológica, que envolve mudanças de atitudes, estilos de vida e estruturas sociais para promover a sustentabilidade e o cuidado com a casa comum. Dessa maneira, contribui para a DSI ao enfatizar a importância da ecologia como parte integrante da justiça social e da promoção do bem comum. Segundo diz:

Dado que tudo está intimamente relacionado e que os problemas atuais requerem um olhar que tenha em conta todos os aspectos da crise mundial, proponho que nos detenhamos agora a refletir sobre os diferentes elementos duma ecologia integral, que inclua claramente as dimensões humanas e sociais (LS, 137).

Já na encíclica *Fratelli Tutti*, o pontífice aborda a fraternidade e a amizade social, destacando a importância da solidariedade, do diálogo inter-religioso e intercultural, e da construção de pontes para superar as divisões e conflitos na sociedade. A carta contribui para a DSI ao promover a cultura do encontro, a defesa dos direitos humanos e a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva, baseada na fraternidade universal. Conforme destacado:

Desejo ardentemente que, neste tempo que nos cabe viver, reconhecendo a dignidade de cada pessoa humana, possamos fazer renascer, entre todos, um anseio mundial de fraternidade. Entre todos: Aqui está um ótimo segredo para sonhar e tornar a nossa vida uma bela aventura. Ninguém pode enfrentar a vida isoladamente; precisamos duma comunidade que nos apoie, que nos auxilie e dentro da qual nos ajudemos mutuamente a olhar em frente [...] (FT, 8).

Essas encíclicas, juntamente com outros documentos e pronunciamentos do Papa Francisco, enriquecem o pensamento social da fé cristã, ao oferecerem novas perspectivas e orientações para a atuação dos fiéis e de todas as pessoas de boa vontade, diante dos desafios contemporâneos, como a pobreza, a desigualdade, a degradação ambiental e a falta de diálogo e solidariedade. “[...] Francisco evoca um novo estilo de vida. Um novo modo de ser, sentir e



viver. Reconciliar-se com “a carne dos outros”. Abraçar o “risco” do encontro com o rosto do outro” (MACCARI, 2021, p. 149-150).

Francisco, primeiro papa latino-americano, fruto da “Teologia do Povo”, tem demonstrado em todo o seu pontificado uma abordagem pastoral e inclusiva, acolhendo a todos, independentemente de sua situação social, econômica ou cultural. Mais do que apresentar conceitos, tem contribuído com seus gestos de compaixão e proximidade com os marginalizados, visitando prisões, hospitais, abrigos para refugiados e outras comunidades em situação de vulnerabilidade, bem como ao se posicionar diante das situações de injustiça observadas no mundo.

A ética social do Papa Francisco, seu testemunho de vida, suas exortações e ensinamentos refletem a ortodoxia e a ortopraxis de seu pensamento, em comunhão com o Evangelho e a Tradição da Igreja, da mesma forma que amplia a reflexão do Magistério e contribui para o conjunto de Ensinamentos Sociais da Igreja (MACCARI, 2021, p. 150).

Portanto, o Papa Francisco, reiterando a opção preferencial pelos pobres, a ecologia integral e a amizade social, tem destacado a importância do compromisso dos cristãos com a promoção da justiça, da solidariedade e da fraternidade e, especialmente, no enfrentamento dos desafios sociopolíticos e econômicos da atualidade com base nos princípios do CVII e da DSI. Suas mensagens e ações têm ressoado não apenas entre os católicos, mas também entre pessoas de diferentes tradições religiosas e culturais ao redor do mundo.

### **3.6 Síntese Compreensiva**

Depois de observada a realidade atual, foi possível encontrar no magistério eclesial, alguns princípios que contribuem para um olhar atento ao modelo econômico. Em face do sistema econômico capitalista, a Igreja tem emitido críticas contundentes, destacando a desvalorização da pessoa humana como uma violação da dignidade conferida por Deus.

A perspectiva teológica, destacada neste trabalho sobre a economia, enfatiza que o bem-estar humano deve estar no centro das políticas econômicas, não apenas a eficiência ou lucratividade. O verdadeiro progresso humano não pode ser mensurado apenas pelo crescimento econômico, mas sim pela melhoria do bem-estar e da qualidade de vida de toda a população. Nesse sentido, uma economia verdadeiramente a serviço do ser humano reconhece que a prosperidade real se mede pela qualidade de vida de todos, não apenas de uma elite privilegiada.

A DSI propõe uma visão abrangente da propriedade, onde o privado só é legítimo se beneficiar a todos, ou seja, se estiver a serviço do bem comum. A destinação universal de bens reitera a aversão a acumulação supérflua de bens em meio à tantas necessidades ao redor do mundo.

Por fim, o Papa Francisco, ao reiterar a opção preferencial pelos pobres, a ecologia integral e a amizade social, contribui de maneira particular para o pensamento social da fé. Seus escritos e seu exemplo destacam o compromisso dos cristãos e de todas as pessoas de boa vontade, com relação à justiça, à solidariedade e à fraternidade. Com efeito, sua teoria nos convida para construirmos uma união de forças e de vozes para repensar o modelo econômico atual, em direção a uma economia que defenda o Ser Humano em sua integralidade.

#### **4 PROPOR: ANÚNCIO DE ALTERNATIVAS NA BUSCA DO BEM VIVER**

O método indutivo utilizado para a realização deste trabalho de pesquisa, em sua última etapa “concerne ao agir concretamente para cuidar e reparar, a partir da elaboração de um consenso assentado na defesa da dignidade e do bem de todos os homens e povos” (ROCHA, 2023, p. 400). No que tange ao âmbito econômico, é necessário questionar o que é preciso ser feito para superar a visão econômica neoliberal, centrada no lucro e na acumulação de riquezas e alicerçada no paradigma técnico-científico.

Como analisado, o Papa Francisco possui uma visão de Igreja mais próxima das bases, mais simples e menos hierárquica. Com efeito, buscou desde o início de seu pontificado, através de suas ações, ser testemunho de humildade, pobreza, acolhida, misericórdia e cuidado com toda a criação.

Em seus documentos e ações apresenta um projeto de reforma das estruturas eclesiais e sociais, sem rompimento abrupto, mas buscando uma transformação processual e em continuidade ao magistério eclesial precedente, mudando a forma de apresentá-los e aplicá-los. Essa forma de agir de modo algum diminui seu profetismo, pois demonstra na realidade sua sabedoria em lidar com um ambiente eclesial e social amplamente polarizado, no qual a unidade deve prevalecer sobre o conflito.

Objetivamente, no campo da economia, o pontífice é conhecido por suas críticas contundentes ao atual sistema, considerado injusto e desumano. Em diversas ocasiões, denunciou a cultura do descarte presente na economia atual, o tratamento das pessoas como objetos descartáveis e a valorização do lucro em detrimento da vida e do bem-estar das pessoas e do planeta. Muitas vezes também criticou o consumismo desenfreado e a desigualdade social crescente, que gera exclusão e marginalização de grande parte da população.

Francisco não cruza os braços, pelo contrário, busca inspirar a Igreja a ser espaço de abertura e diálogo para com novos modelos e projetos no campo econômico. Como gesto concreto desse chamado o pontífice em 1º de Maio de 2019 (dia de São José Operário e de todos os trabalhadores), lançou uma proposta: um encontro de economistas (jovens envolvidos em projetos sociais e lideranças eclesiais do mundo todo) que recebeu o título: “*Economia de Francisco*”, com o objetivo de repensar a economia global a partir dos valores da justiça social, da sustentabilidade ambiental e do bem-estar humano.

Posteriormente, a articulação brasileira desse projeto incluiu também o nome de Clara, como forma de representar as mulheres que são chave fundamental para a transformação da

sociedade e, de modo particular, para a mudança da mentalidade de exploração da natureza e dos bens.

Escrevo-vos a fim de vos convidar para uma iniciativa que desejei muito: um evento que me permita encontrar-me com quantos estão a formar-se e começam a estudar e a pôr em prática uma economia diferente, que faz viver e não mata, inclui e não exclui, humaniza e não desumaniza, cuida da criação e não a devasta. Um acontecimento que nos ajude a estar unidos, a conhecer-nos uns aos outros, e que nos leve a estabelecer um “pacto” para mudar a economia atual e atribuir uma alma à economia de amanhã (FRANCISCO, 2019).

Assim, a economia de Francisco e Clara enfatiza a importância de uma economia mais justa e solidária, que promova a distribuição equitativa da riqueza e do poder, e que respeite os direitos humanos e a dignidade de todas as pessoas. A proposta também destaca a necessidade de uma economia mais sustentável e regenerativa, que respeite os limites da natureza e que adote práticas mais responsáveis em relação ao meio ambiente.

Não se trata de um movimento exclusivo para a Igreja ou para os membros das articulações espalhadas pelo mundo todo, mas de uma proposta aberta a todas as pessoas e organizações que desejam contribuir para uma mudança profunda no sistema econômico global, em direção a uma economia mais justa, sustentável e humana.

Esse novo modelo econômico necessita de uma verdadeira mudança de mentalidade. Nesse sentido, um conceito importante que pode ser a chave para essa transformação é o “bem viver”. Trata-se de uma formulação de Alberto Acosta, economista e político equatoriano, em seu livro: “O Bem Viver: uma Oportunidade Para Imaginar Outros Mundos”.

O conceito formulado por Alberto, é a âncora para uma nova filosofia de vida que valoriza a harmonia entre as pessoas, com a natureza e o cosmos. Trata-se, portanto, de uma visão holística de mundo originária dos povos indígenas da América Latina, para os quais a qualidade de vida não é marcada pelo acúmulo de bens (como no sistema capitalista) mas, pelo acesso as necessidades básicas para si e para sua comunidade, e pela conservação da natureza.

Muitas comunidades, especialmente em nossa América Latina, já são centelhas de esperança e estão se organizando em torno de princípios como a agroecologia, a economia solidária, a soberania alimentar e a autogestão. O bem viver vai ao encontro do projeto Economia de Francisco e Clara e, juntos, podem representar uma alternativa ao sistema econômico e ao modelo de desenvolvimento atual, inspirando novos projetos que enfrentem a grave crise socioambiental atual e colaborem na construção de uma sociedade mais justa e sustentável.

#### 4.1 O Chamado de Francisco

A moral socioeconômica do Papa Francisco, em conformidade com o magistério eclesial precedente, não apresenta uma fórmula econômica pronta, que pode ser aplicada a todos. O pontífice, de modo algum, busca ter o monopólio da interpretação dos problemas encontrados no sistema econômico atual ou das propostas solucionais para os problemas verificados.

Seu chamado para a realização do evento: “Economia de Francisco”, emerge das preocupações expressas nos documentos e pronunciamentos de seu pontificado, e da busca de uma visão diversa. O diálogo é a chave do evento, através do contato multifacetado entre os diferentes atores do campo econômico, é possível compreender melhor os problemas e buscar soluções conjuntas.

De maneira especial o convite é direcionado aos jovens, os homens e mulheres do futuro próximo. Através deles, é possível uma nova humanidade, engajada na promoção de um novo regime econômico, onde todos tenham condições de viver dignamente e em harmonia com a natureza. Trata-se também de um reconhecimento de que os jovens são mais afeiçoados a mudanças, e neles se manifesta um espírito de insatisfação e de inquietude diante da realidade vigente. Desse modo, escreveu o Papa Francisco aos jovens do mundo todo:

Escrevo-vos a fim de vos convidar para uma iniciativa que desejei muito: um evento que me permita encontrar-me com quantos estão a formar-se e começam a estudar e a pôr em prática uma economia diferente, que faz viver e não mata, inclui e não exclui, humaniza e não desumaniza, cuida da criação e não a devasta. Um acontecimento que nos ajude a estar unidos, a conhecer-nos uns aos outros, e que nos leve a estabelecer um “pacto” para mudar a economia atual e atribuir uma alma à economia de amanhã (FRANCISCO, 2019).

Na mesma carta de convocação para o evento, o pontífice esclarece a razão por trás da escolha do título do evento e do movimento que dele surgirá. Distanciando-se da noção, possivelmente assumida por alguns à primeira vista, de que o nome está vinculado exclusivamente à sua própria pessoa, o Papa Francisco deixa claro que a inspiração para o projeto reside na vida de São Francisco de Assis. Santo fortemente reconhecido por sua simplicidade, humildade e compromisso inabalável com os pobres e marginalizados.

De acordo com o pontífice, a vida e o legado de São Francisco de Assis oferecem um modelo para repensar também à economia. Em vez de ser um fim em si mesma, à economia deve ser vista como um meio para satisfazer as necessidades humanas e proteger o meio ambiente. Essa abordagem está alinhada com a essência da mensagem franciscana, que enfatiza

a importância da compaixão, da partilha e do cuidado para com toda a criação. Conforme afirmado:

Da sua escolha de pobreza brotou também uma visão da economia que permanece extremamente atual. Ela pode dar esperança ao nosso amanhã, não apenas em benefício dos mais pobres, mas da humanidade inteira. Aliás, ela é necessária para o destino de todo o planeta, a nossa casa comum [...] (FRANCISCO, 2019).

O exemplo de Francisco inspira uma reflexão profunda sobre a maneira como está estabelecida a relação humana com os bens materiais e, por consequência, com a economia como um todo. Sua vida é um testemunho de integridade, na qual a conexão com Deus, com os irmãos e com a natureza é intrínseca, visto que é dessa união que o ser humano nasce e floresce.

Como destacado no primeiro capítulo deste estudo acadêmico, a ecologia integral, exemplificada pelo carisma de Francisco, é um dos alicerces teológicos que podem contribuir para a busca de soluções aos problemas globais. É fundamental compreender que “hoje, mais do que nunca, tudo está interligado e a preservação do meio ambiente não pode ser desvinculada da justiça em relação aos pobres, nem da resolução dos problemas estruturais da economia mundial” (FRANCISCO, 2019).

A ecologia permeia todos os aspectos das relações sociais contemporâneas; portanto, a economia também deve ser sensível a essa urgência. A concepção predominante de economia, fortemente influenciada pelo neoliberalismo, exerce uma pressão significativa sobre a relação estabelecida com a própria natureza, vista como fonte de recursos a serem explorados indistintamente. Assim, a mudança requer uma transformação de mentalidade que vá além dos modelos estabelecidos.

Conforme destacado, “é imperativo corrigir os modelos de crescimento que não garantem o respeito pelo meio ambiente, a proteção da vida, o cuidado com a família, a equidade social, a dignidade dos trabalhadores e os direitos das gerações futuras.” (FRANCISCO, 2019). Este apelo ressoa como um chamado à ação, instando a abandonar velhos paradigmas e a abraçar uma abordagem mais compassiva e sustentável em relação à economia e ao meio ambiente.

A urgência que é apresentada, confronta-se com a necessidade imperativa de revisitar os próprios paradigmas mentais e morais. Em um mundo marcado por desafios complexos e demandas sociais crescentes, é essencial que cada um se empenhe em alinhar suas convicções e comportamentos com os princípios que buscam o bem comum.

Embora os jovens sejam os convocados especiais do pontífice, esse chamado não se restringe a essa parcela específica da sociedade, mas se estende a todos, sem exceção. Cada

indivíduo é convocado a uma jornada de autoexame e reflexão, buscando identificar onde suas crenças e ações podem ser aprimoradas em direção a uma nova sociedade.

Rever os esquemas mentais implica em questionar as suposições, preconceitos e hábitos de pensamento arraigados. Significa estar aberto ao aprendizado contínuo, desafiando-se a considerar perspectivas diversas e a incorporar novos *insights* que promovam a compaixão, a solidariedade e o respeito mútuo.

Da mesma forma, revisitar os esquemas morais requer uma profunda avaliação dos valores fundamentais e das motivações por trás das escolhas. Deve-se questionar se as ações estão em harmonia com os princípios universais de justiça, bondade e amor ao próximo, ou se estão sendo influenciadas por interesses egoístas e gananciosos.

Ao se comprometer com esse processo de revisão e transformação pessoal, não apenas fortalece sua própria integridade moral, mas também contribui para a construção de uma sociedade mais justa e compassiva. Afinal, é na convergência dos esforços individuais em prol do bem comum que se encontra o verdadeiro potencial de mudança e renovação para o mundo.

Afirma o Papa Francisco: “Perante esta urgência, todos, absolutamente todos nós somos chamados a rever os nossos esquemas mentais e morais, para que estejam mais em conformidade com os mandamentos de Deus e com as exigências do bem comum” (FRANCISCO, 2019).

Assim, nesse projeto, reside um convite à ação e à transformação, que passa necessariamente pelas escolhas individuais, mas que deve culminar em ações coletivas. Dessa maneira as instituições que permeiam a sociedade - universidades, empresas e organizações - são, segundo o Papa Francisco, mais do que meros locais de atividade humana. Elas representam canteiros de esperança, onde sementes de mudança podem ser semeadas e cultivadas: “As vossas universidades, as vossas empresas, as vossas organizações são canteiros de esperança para construir outras modalidades de entender a economia e o progresso, para combater a cultura do descarte, para dar voz a quantos não a têm, para propor novos estilos de vida.” (FRANCISCO, 2019).

As universidades, enquanto centros de conhecimento e aprendizado, têm o potencial de moldar não apenas mentes, mas também corações. Elas são espaços onde diferentes perspectivas podem convergir, onde o diálogo é incentivado e onde novas abordagens para entender a economia e o progresso podem ser exploradas. Em vez de aderir cegamente a modelos convencionais, essas instituições são desafiadas a buscar alternativas que promovam a sustentabilidade, a equidade e o bem-estar de todos os membros da sociedade.

As empresas, por sua vez, são chamadas a transcender a busca pelo lucro a qualquer custo e a abraçar uma visão mais ampla de responsabilidade social. Elas podem se tornar agentes de mudança ao adotarem práticas sustentáveis, promoverem a inclusão e darem voz aos marginalizados. Ao invés de contribuírem para a cultura do descarte - na qual recursos naturais são esgotados e seres humanos são tratados como meros objetos de consumo - essas empresas podem liderar pelo exemplo, demonstrando que é possível prosperar economicamente enquanto se respeita o meio ambiente e se valoriza a dignidade de cada indivíduo.

Por fim, as organizações, sejam elas governamentais, não governamentais ou comunitárias, têm o papel fundamental de construir pontes entre diferentes grupos e defender os direitos daqueles que muitas vezes são deixados à margem da sociedade. Elas podem ser espaços de empoderamento e de criação de novas narrativas, onde os excluídos encontram apoio e onde ideias inovadoras para novos estilos de vida são incubadas.

Portanto o pontífice busca incentivar que cada uma dessas instituições se torne um farol de esperança em um mundo marcado pela incerteza e pela desigualdade. Que sejam elas lugares onde o potencial humano é nutrido e onde os valores de solidariedade, justiça e compaixão são vivenciados cotidianamente. Pois é somente através dessa colaboração entre academia, economia e sociedade civil que poderemos verdadeiramente construir um futuro mais justo e sustentável para todos.

Ecoa um chamado urgente à consciência coletiva. A imagem de uma festa da fraternidade universal nos convida a vislumbrar um mundo onde cada indivíduo é valorizado, onde as diferenças são celebradas e onde a solidariedade é o alicerce sobre o qual toda a sociedade é construída. Em concordância com as sábias palavras do Papa: “Enquanto o nosso sistema econômico-social ainda produzir uma só vítima, e enquanto houver uma só pessoa descartada, não poderá haver a festa da fraternidade universal” (FRANCISCO, 2019).

Essa visão idílica permanece elusiva enquanto uma única pessoa é deixada para trás, enquanto uma única vida é sacrificada em nome do progresso econômico ou da ganância desenfreada. Enquanto o sistema econômico-social persistir em gerar vítimas, enquanto houver indivíduos descartados como se fossem meros objetos sem valor, a festa da fraternidade universal permanecerá apenas um sonho distante.

Cada pessoa marginalizada, cada comunidade negligenciada, é um lembrete doloroso de que nossa sociedade está longe de alcançar seu potencial pleno. Enquanto algumas pessoas são excluídas e privadas de seus direitos básicos, a verdadeira fraternidade permanece impossível, pois a coesão social só pode ser verdadeira quando ninguém é abandonado.



Portanto, cabe a todos assumir a responsabilidade de mudar essa realidade. Comprometendo-se na construção de novos sistemas que não apenas beneficiem alguns em detrimento de outros, mas que promovam a dignidade e o bem-estar de todos os seres humanos, sem exceção. Somente quando cada indivíduo for reconhecido como parte de uma única família humana, quando cada vida for valorizada e respeitada, poderá verdadeiramente se começar a vislumbrar o início da festa da fraternidade universal. E é esse o desafio enfrentado - um desafio que exige não apenas palavras, mas ações concretas e comprometidas em prol de um mundo mais justo, solidário e inclusivo para todos.

Esse chamado ressoa como um eco das vozes da história, que há séculos clamam por uma humanidade mais compassiva, mais solidária e mais consciente de seu papel como guardiã do planeta e de seus semelhantes. Trata-se de um convite profundo à introspecção e à ação, “um compromisso individual e coletivo para cultivarmos juntos o sinal de um novo humanismo que corresponda às expectativas do homem e ao desígnio de Deus” (FRANCISCO, 2019). Desta maneira, o Papa Francisco busca lembrar a importância do comprometimento de todos para que se cultivem os valores de um novo humanismo. Um humanismo que não apenas reconheça as necessidades e aspirações do ser humano, mas também esteja em harmonia com o plano divino.

Como afirmado anteriormente, um compromisso individual significa olhar para dentro de si mesmo, para questionar as próprias atitudes, preconceitos e ações, e buscar constantemente maneiras de tornar-se mais humano. Significa praticar a empatia, a compaixão e o perdão em nas interações diárias, e estar disposto a reconhecer e corrigir os erros quando necessário.

Porém, esse compromisso não pode ser apenas uma jornada solitária. Ele também requer que uma profunda união como a comunidade global, em solidariedade uns com os outros, para que se enfrente os desafios que afetam a todos. Significa trabalhar juntos para construir um mundo mais justo, onde a dignidade humana seja respeitada em todas as suas formas, onde as desigualdades sejam combatidas e onde a paz e a justiça reinem supremas.

Em última análise, este é um chamado para que todos os homens e mulheres de boa vontade, sejam arquitetos de uma nova era de humanidade, uma era onde cada indivíduo é valorizado, onde a justiça é universal e onde o amor é a força motriz que guia todas as nossas ações. Felizmente a centelha lançada no coração da humanidade com as palavras do Papa Francisco já surgiram efeitos e muitos homens e mulheres aceitaram esse desafio, com coragem e determinação, e juntos estão cultivando um futuro melhor para todos, em suas comunidades.

## 4.2 Articulação Brasileira pela Economia de Francisco e Clara

Fruto do chamado do Papa Francisco, nascerá a Articulação Brasileira pela Economia de Francisco e Clara (=ABEFC). O projeto assume as prerrogativas do Santo Padre, buscando colocar em prática os ensinamentos trazidos pela Tradição e pelo magistério eclesial. Doravante a concepção de dignidade humana, o bem comum e a destinação universal de bens, busca implementar uma nova forma de organização econômica, baseada na cooperação e no compartilhamento de recursos, proporcionando a emancipação humana e garantindo o direito à terra, ao teto e ao trabalho.

A articulação admite que, novas formas de economia não surgem repentinamente e de maneira universal, mas aos poucos, em cada território com sua forma própria de ser e estar no mundo. O Papa Francisco, em um dos seus princípios expressos na *Evangelii Gaudium* afirma que o tempo é superior ao espaço. Ou seja, um projeto de uma nova economia não deve desejar ocupar espaços de uma hora para a outra, trata-se de gerar e encaminhar processos de mudanças “que gerem novos dinamismos na sociedade e comprometem outras pessoas e grupos que o desenvolverão até frutificar em acontecimentos históricos importantes, sem ansiedade, mas com convicções claras e tenazes.” (EG, 223).

Evidencia-se no movimento brasileiro, fruto do chamado do Papa Francisco, a inclusão do nome de Santa Clara ao projeto. Ela, por sua vez, foi companheira de São Francisco de Assis em sua luta pela pobreza, e fundadora do ramo feminino da ordem franciscana, foi também exemplo de cuidado e doação de vida aos mais fragilizados e pobres. O uso de seu nome no projeto brasileiro inspira o significado do feminino para a mudança de paradigmas na economia, já que (num contexto morfológico) o vocábulo “economia” é um substantivo feminino.

Clara, por conseguinte, propicia a visão de uma economia fundamentada nos princípios femininos: na circularidade, no acolhimento, no cuidado e no afeto. Um contraponto às estruturas de produção lineares e masculinizadas, apontando para uma requerida mudança nos paradigmas econômicos que historicamente promoveram uma perspectiva de progresso baseada na exploração. Defende-se, portanto, uma abordagem circular para os processos produtivos, refletindo o compromisso ético com as futuras gerações.

Para que as economias do século XXI prosperem, é imperativo que os princípios masculinos e femininos avancem juntos, em paridade, não à frente ou atrás, mas de mãos dadas, como irmãos. Inspirando-se nas sábias mensagens e na vida de Santa Clara de Assis, nossa

economia pode ser uma ponte entre aqueles que possuem em excesso e aqueles que carecem de recursos. Conforme expresso:

Inspirados em Clara e Francisco, expressamos o desejo de uma profunda mudança de enfoque até então estabelecido para as relações econômicas. Olhar a economia do ponto de vista puramente material e produtivista só distorceu o sentido do bem-estar social, produzindo iniquidade e infelicidade. Queremos novos paradigmas: da competição para a colaboração; da exploração para a sustentabilidade; da acumulação para a distribuição; do desequilíbrio nas relações entre pessoas e países para o comércio justo. Do consumo desenfreado ao consumo responsável. (ABEFC, 2023, p. 305).

Observando a realidade brasileira, constata-se que os problemas locais (na realidade) são frutos de um sistema global. Contudo, é a partir da realidade local que se pode construir pontes para um futuro diferente, buscando soluções práticas para os pequenos problemas das comunidades.

O Papa Francisco afirma em um dos seus quatro princípios expostos na EG que a realidade é mais importante que a ideia. Esse princípio expõe que “A ideia - as elaborações conceituais - está a serviço da captação, compreensão e condução da realidade.” (EG, 232). Desse modo, pode-se elaborar muitos conceitos e formas para que seja superada a mentalidade capitalista, todavia se elas não conduzirem a ações concretas estarão fadadas ao esquecimento e ao fracasso.

A realidade observada pela ABEFC como iminentemente preocupante está no campo da Ecologia Integral que, por sua vez, consta que se nada for feito o Planeta Terra continuará caminhando para o seu fim. Não se trata de uma ideia, mas de uma realidade já observada através das mudanças climáticas, tais como: secas, enchentes, tormentas e tornados (cada vez mais frequentes e em maior intensidade), da contaminação dos rios e dos mares e da perda das florestas. Diante dessa realidade defende-se “[...] como ponto de partida a produção e energias limpas, renováveis e distribuídas” (ABEFC, 2023, p. 307).

Soma-se a esse problema, como parte da crise socioambiental, a exclusão de grande parte da sociedade do modelo de bem-estar social, bem como a perda do sentido de coletividade. Diante desse fato, alega-se a necessidade de “[...] impostos sobre grandes fortunas, artigos de luxo e supérfluos, bem como [...] haver taxação sobre lucros e dividendos, sobre o capital improdutivo, sobre o fluxo internacional das movimentações financeiras e paraísos fiscais” (ABEFC, 2023, p. 308-309). Novas formas de tributação colaboram para que se supere a realidade da desigualdade observada na sociedade, especialmente na brasileira.

Uma nova economia que parte da realidade concreta da população brasileira, implica na elaboração e aplicação de políticas públicas de qualidade e que sejam verdadeiramente universais. Essas políticas públicas surgirão do “fortalecimento do Estado e estruturas comunitárias, colaborativas, confederativas e multilaterais para a elaboração e aplicação [...]” (ABEFC, 2023, p. 309). Democratizar as políticas públicas, faz com que elas se aproximem mais da realidade das pessoas, saiam do campo das ideias e passem a tocar a realidade do povo. Por isso, a democracia é uma aliada fundamental para a transformação almejada, conforme afirma:

Todas as pessoas merecem, qualquer que seja o canto do mundo em que estiverem. A boa educação, a boa morada, a boa saúde integral, o tempo para o lazer, a cultura, o esporte, o direito a comunicação honesta, verdadeira e respeitosa. A livre circulação e mobilidade, o ar limpo, a boa água. O direito a dignidade, enfim. Dos humanos, e dos nossos irmãos animais. As florestas também têm esse direito a dignidade, assim como as flores e todas as plantas. E esse ambiente digno só poderá ser conquistado com democracia real (ABEFC, 2023, p. 309).

Nesse contexto, embora recentemente tenha sofrido com fortes ataques às instituições estatais, o Brasil também é terra fértil de iniciativas importantes que podem impulsionar mudanças globais. A ABEFC evidencia a necessidade de que tais propostas sejam assumidas pela população brasileira e disponibilizadas para o mundo, como já ocorre com algumas outras políticas públicas concebidas e testadas no país.

Destaca-se a Renda Básica da Cidadania, estabelecida como Bolsa Família, que possibilitou a retirada de mais de 30 milhões de pessoas da pobreza ou extrema pobreza. Tal política já existente colabora para elaboração de um projeto de renda básica universal, que garanta dignidades de meio de subsistência para todos. Iniciativa muito importante na era do capital improdutivo, em que os detentores de capital necessitam cada vez menos de trabalhadores e trabalhadoras para multiplicar suas fortunas, gerando uma grande incidência de desempregados.

Outro destaque brasileiro é o orçamento participativo: iniciativa democrática que permite que os cidadãos decidam sobre a alocação de recursos públicos em suas comunidades. Essa iniciativa já foi adotada por diversas cidades brasileiras e muitos países. Sua ampliação é necessária, incluindo a origem das receitas públicas e sua efetividade em outras esferas de poder, além do âmbito local.

Também a Rede Nacional de Economia e Finanças Solidárias é um destaque nacional, incentivando a criação de moedas virtuais locais, com controle social e arranjos produtivos locais. Evidencia-se, também, o Programa de Aquisição de Alimentos, que promove a

segurança alimentar e estimula a produção de alimentos saudáveis e livres de agrotóxicos, bem como a iniciativa do programa Farmácia Viva, que produz remédios de baixo custo a partir de plantas medicinais para distribuição gratuita. “Partimos das ações simples, do real, de experiências bem-sucedidas, idealizadas e construídas no seio das comunidades brasileiras, de norte a sul do país [...]” (ABEFC, 2023, p. 310).

Esses conhecimentos e experiências, surgidos às margens do sistema hegemônico, não podem mais ser considerados periféricos, uma vez que é necessário que ocupem o centro do debate sobre economia e desenvolvimento. Conforme indica o Papa Francisco: “Abraçar a periferia é ampliar nossos horizontes, já que vemos com maior clareza a amplitude quando estamos às margens da sociedade” (FRANCISCO, 2020, p. 137).

A economia neoliberal e a mentalidade tecnocrática, tem subjogado os povos à lógica dos mercados, promovendo comportamentos individualistas, consumistas e irresponsáveis, que estão levando a humanidade ao seu próprio suicídio, conforme afirma:

[...] o paradigma tecnocrático exerce uma função dominadora de todas as dimensões humanas. O processo de globalização aprofunda a interconexão entre política, cultura, economia provocando uma relação difusa, que por um lado, superdesenvolve alguns e, por outro, desumaniza a muitos. Essa disseminação da desigualdade e da miséria não respeita as fronteiras nacionais e se eleva ao âmbito intergeracional, colocando em risco as próximas gerações (SLEUTJES, 2023, p. 132).

É hora de iluminar outras formas de ser, pensar e agir, vindas do Brasil profundo e muitas vezes sufocado. A ABEFC parte do reconhecimento e da valorização das ações simples e experiências bem-sucedidas construídas nas comunidades brasileiras, “[...] das favelas aos pequenos municípios, do litoral ao sertão, das grandes cidades às pequenas vilas e aldeias” (ABEFC 2023, p. 310). Soluções nascidas em meio à escassez que são caminhos de esperança e indicam saídas de luz em meio a escuridão do túnel cavado pela própria a humanidade.

Nesse sentido, a ABEFC reconhece que o projeto de novas economias, convocado pelo Papa Francisco, tem origem e caminha juntamente com o Pacto Educativo Global proposto pelo mesmo pontífice. Trata-se dos dois principais marcos de seu serviço para a sociedade, ambos nascidos das inquietações da carta encíclica *Laudato Si*. “Ambas as iniciativas trazem no bojo a abertura de processos revolucionários [...]” (BRASILEIRO E RICCI, 2020, p. 39).

Joseph Stiglitz, Nobel de economia, e um dos inspiradores das ideias do Papa Francisco no campo econômico, afirma que:

é fundamental trabalhar a partir da educação de sistemas alternativos que não tenham como premissa a ideia de idolatrar o dinheiro. Temos de buscar desenvolver

programas e estudos em torno do conceito da economia circular, que contribuam para uma educação consciente da sustentabilidade ambiental que requer devolver ao meio ambiente o que lhe é retirado (ABEFC, 2023, p. 312).

Em face do exposto, a mudança passa inevitavelmente pela educação, por isso a ABEFC, defende a alteração dos currículos educacionais, para que o desenvolvimento humano integral seja evidenciado em todos os níveis de ensino.

### 4.3 O Bem Viver

O conceito de Bem Viver<sup>2</sup>, foi amplamente apresentado e desenvolvido pelo economista e político equatoriano Alberto Acosta. Esta ideia emergiu no contexto da América Latina como uma alternativa aos modelos de desenvolvimento convencionais que têm sido aplicados historicamente na região. Tal conceito será apresentado nesse trabalho, pois ecoa o chamado do Papa Francisco e corresponde as ideias apresentadas como fundamento da ABEFC.

O autor afirma acerca do significado do referido conceito: “O Bem Viver, *Buen Vivir* ou *Vivir Bien* também pode ser interpretado como *sumak kawsay* (kíchwa), *suma qamaña* (aymara) ou *nhandereko* (guarani), e se apresenta como uma oportunidade para construir coletivamente uma nova forma de vida” (ACOSTA, 2016, p. 23). Trata-se de uma concepção que valoriza profundamente a harmonia entre os seres humanos e a natureza, promovendo uma convivência equilibrada e sustentável. Contrariando a mentalidade capitalista tecnocrática, que promove a apropriação, o consumo e a exploração ilimitada dos recursos.

Desse modo, essa abordagem reconhece a interdependência entre todos os elementos do ecossistema, incluindo os seres humanos, e buscando promover um estilo de vida que seja compatível com a preservação dos recursos naturais e a diversidade cultural. Indo de encontro ao princípio de ecologia integral apresentado pelo Papa Francisco: “É fundamental buscar soluções integrais que considerem as interações dos sistemas naturais entre si e com os sistemas sociais. Não há duas crises separadas: uma ambiental e outra social; mas uma única e complexa crise socioambiental” (LS, 139).

---

<sup>2</sup> “Bom Viver” é a tradução que mais respeita o termo utilizado pelo autor (*Buen Vivir*) e também o termo em kíchwa (*sumak kawsay*), língua da qual nasceu o conceito em sua versão equatoriana. De acordo com o Shimiyukkamu Dicionario Kichwa-Español, publicado pela Casa de Cultura de Ecuador em 2007, *sumak* se traduz como hermoso, bello, bonito, precioso, primoroso, excelente; *kawsay*, como vida. Ou seja, *buen* e *sumak* são originalmente adjetivos, assim como “bom” – seu melhor sinônimo em português, no caso. *Vivir* e *sumak*, por sua vez, são sujeitos. Contudo, em atenção ao termo utilizado há alguns anos por movimentos sociais brasileiros, decidimos traduzir o título do livro como *O Bem Viver*, considerando “bem” como advérbio e “viver” como verbo. (ACOSTA, 2016, p. 10).

Não se trata de apresentar soluções que de uma hora para a outra confluirão em um novo regime de desenvolvimento. O Bem Viver busca reunir e sintetizar os principais princípios, experiências e práticas dos povos que vivem em sintonia com a natureza nos Andes, na Amazônia e em tantas outras regiões do mundo.

Para isso, precisamos superar a mentalidade equivocada de que os povos indígenas são atrasados ou pré-modernos. Pelo contrário, seus valores, experiências e práticas representam uma civilização vibrante que demonstrou uma notável capacidade de resistência à modernidade colonial exploratória. Suas tradições e culturas milenares oferecem perspectivas alternativas para o mundo que hoje conhecemos, e já estão influenciando os debates globais. Conforme nos adverte o Papa Francisco:

[...] é indispensável prestar uma atenção especial às comunidades aborígenes com as suas tradições culturais. Não são apenas uma minoria entre outras, mas devem tornar-se os principais interlocutores, especialmente quando se avança com grandes projetos que afetam os seus espaços. Com efeito, para eles, a terra não é um bem económico, mas dom gratuito de Deus e dos antepassados que nela descansam, um espaço sagrado com o qual precisam de interagir para manter a sua identidade e os seus valores (LS, 146).

Como observado anteriormente nesse trabalho, quando tratado da opção preferencial pelos pobres, ao adentrar-se na visão de mundo dos marginalizados no decorrer da história encontramos novas perspectivas, capazes de transformar o que somos e pensamos. Nesse sentido, os povos ancestrais oferecem uma oportunidade para construir sociedades baseadas na harmonia entre os seres humanos e a natureza, reconhecendo e valorizando a diversidade cultural do planeta.

Os povos originários, alimentam-se de uma filosofia e de um *ethos* de vida, onde as relações comunitárias e o senso de solidariedade são elementos centrais de suas sociedades. Incentivando a colaboração, o trabalho conjunto, bem como o compartilhamento de recursos. Tal visão contrapõe-se diretamente ao modelo de sociedade capitalista, ancorado na competição e no individualismo exacerbado. Trata-se de um modelo de fraternidade entre os irmãos e em equilíbrio com a natureza. Assim, “O Bem Viver se constituiu em uma proposta e uma oportunidade para pensar outra realidade na qual os seres humanos formam parte de um todo mais harmônico com a natureza e com os outros seres humanos, com alteridade” (ALCANTARA E SAMPAIO, 2017, p. 237).

Ademais, é crucial compreender que o Bem Viver transcende a concepção tradicional de desenvolvimento e seus diversos sinônimos, introduzindo uma visão mais diversificada e complexa. Questiona o significado do desenvolvimento, ou seja, o que realmente significa ser

um país, um estado ou uma cidade desenvolvida. Configura-se na “[...] (re)construção do pensamento do progresso diante da produção do desenvolvimento, sobretudo, do pensamento do crescimento econômico” (CARVALHO E MACHADO, 2021, p. 2167).

O conceito lança luz e constitui uma forte crítica as falhas e limitações das teorias convencionais de desenvolvimento, denunciando a própria ideia de desenvolvimento como uma entidade abstrata inalcançável para a maioria da humanidade. Trata-se de:

uma lógica hierárquica ascendente, onde o desenvolvimento tornou-se paradigma e consolidou-se em uma estrutura de dominação dicotômica, dividindo os povos em desenvolvidos e subdesenvolvidos, pobres e ricos, avançados e atrasados, civilizados e selvagens. Desta forma, o mundo organizou-se por meio de uma série de condições, instituições e técnicas para alcançar o desenvolvimento (COUTINHO, 2020, p. 391).

Além disso, é evidente que mesmo nos países autodenominados desenvolvidos, os sinais de um desenvolvimento inadequado estão se tornando cada vez mais aparentes. As disparidades entre ricos e pobres persistem em crescer, mesmo dentro das nações industrializadas. “A quem interessa uma economia com milhões passando fome, condenados a não ter renda, enquanto poucos desfrutam uma fortuna injustificável [...]” (ABEFC, 2023, p. 32).

O desenvolvimento ocidental, se baseia na ideia de crescimento econômico ilimitado e na exploração desenfreada dos recursos naturais. Em contraste, o Bem Viver propõe uma visão mais holística e integrada do progresso, que não se limita apenas aos indicadores econômicos, mas também considera aspectos sociais, culturais e ambientais. “De certo modo, rompe-se com a perspectiva antropocêntrica, remetendo-se a uma visão ecocêntrica regulando efetivamente as relações sociedade-natureza, com o objetivo de atenuar ou diminuir os impactos sobre os recursos naturais” (ALCANTARA E SAMPAIO, 2017, p. 236).

Esta visão ecocêntrica na qual se alicerça o Bem Viver não é apenas uma questão de cuidado com o meio ambiente, que garantirá nossa sobrevivência física, mas diz respeito à qualidade de vida, à felicidade e ao bem-estar das comunidades. É necessário redefinir o conceito de riqueza para incluir não apenas bens materiais, mas também relações sociais, saúde, educação e meio ambiente saudável. Conforme também afirma o Papa Francisco: “Para se poder falar de autêntico progresso, será preciso verificar que se produza uma melhoria global na qualidade de vida humana [...]” (LS, 147).

Além disso, o Bem Viver enfatiza a necessidade de uma abordagem participativa e democrática para o planejamento e a tomada de decisões, envolvendo ativamente as comunidades locais e respeitando seus conhecimentos e valores tradicionais. Em um marcante contraste com os modelos colonizadores de desenvolvimento, centralizados e impostos de cima



para baixo, aos quais foram submetidos o sul global e os povos originários ao redor do globo. Segundo o autor:

O Bem Viver é uma filosofia de vida que abre as portas para a construção de um projeto emancipador. Um projeto que, ao haver somado histórias de lutas, de resistência e de propostas de mudança, e ao nutrir-se de experiências locais, às que deverão somar-se contribuições provenientes de diversas latitudes, posiciona-se como ponto de partida para estabelecer democraticamente sociedades sustentáveis (ACOSTA, 2016, p. 40).

No entanto, toda essa discussão desperta o questionamento: é viável e realista implementar uma nova ordem social dentro do sistema capitalista? Um sistema baseado na vigência dos direitos humanos, dos direitos da natureza, da reciprocidade e da solidariedade? O próprio autor responde a essas perguntas: “Dentro do capitalismo, isso é definitivamente impossível” (ACOSTA, 2016, p. 25).

Contudo, de modo algum, isso significa que precisamos esperar a total superação do capitalismo e sua substituição por outro sistema econômico, para que o Bem Viver se torne uma realidade. Os valores, experiências e práticas do bem viver têm resistido ao longo de séculos de colonização. Surgem como utopias, mas persistem, pois seus articuladores estão alicerçados no tempo e não preocupados em ocupar espaços (EG, 223).

[...] surge de visões utópicas, está presente de diversas maneiras na realidade do ainda vigente sistema capitalista – e se nutre da imperiosa necessidade de impulsionar uma vida harmônica entre os seres humanos e deles com a Natureza: uma vida centrada na autossuficiência e na autogestão dos seres humanos vivendo em comunidade (ACOSTA, 2016, p. 39).

Novas formas de viver, serão estabelecidas à medida em que se recupera a discussão política, ofuscada pela visão economicista sobre fins e meios. Na política a resolução dos problemas exige sempre uma aproximação transdisciplinar, tendo como parâmetro complexidades múltiplas que não podem ser resolvidas com visões monocausais. Conseqüentemente, uma solução puramente técnica não é suficiente, deve-se promover um processo de transição baseado em novas utopias. Não há como promover o fim de um sistema econômico, tão amplamente consolidado, apenas com ideias. É imperativo que reconstruamos nosso mundo a partir do nível comunitário.

O Bem Viver evoca a capacidade de construir um mundo alternativo, que tornar-se-á viável quando for concebido e organizado de forma comunitária, fundamentado nos direitos humanos - políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais - tanto para indivíduos, famílias e comunidades, quanto para a preservação dos Direitos da Natureza.

Portanto, os debates em torno do bem viver, ainda em construção, são incrivelmente enriquecedores. Oferecendo uma abertura para novos diálogos que desafiam as normas estabelecidas e os paradigmas conceituais. O conceito tem sido utilizado em discussões teológicas recentes, no que tange à grave crise socioambiental, denunciada pelo Papa Francisco e citado diretamente em vários escritos de Leonardo Boff, bem como nos trabalhos da Articulação Brasileira pela Economia de Francisco e Clara.

#### 4.4 Sementes de Esperança

Há uma variedade abundante de alternativas e projetos em andamento ou que surgiram após o chamado do Papa Francisco. É importante reconhecer o progresso alcançado por alguns desses movimentos, os quais podem contribuir para a busca de novos modelos econômicos. Além disso, merecem destaque algumas propostas de Ladislau Dawbor, apresentadas no último capítulo de seu livro, que visam resgatar a função social da economia e oferecem soluções para os desafios do modelo capitalista estabelecido.

Um dos projetos desenvolvidos na linha de novas economias, é o da “Economia Donut”. Trata-se de um modelo econômico proposto pela economista britânica Kate Raworth em seu livro: “*Doughnut Economics: Seven Ways to Think Like a 21st-Century Economist*”, traduzido no Brasil como: “Economia Donut: uma alternativa ao crescimento a qualquer custo”. O modelo proposto pela autora busca redefinir os objetivos da economia, afastando-se do tradicional foco no crescimento econômico ilimitado e priorizando uma abordagem mais sustentável e inclusiva

A metáfora do *donut* é utilizada por Kate para representar dois limites planetários. O *donut* é formado por dois anéis: o anel externo representa os limites ambientais, que não devem ser ultrapassados para evitar danos irreversíveis ao meio ambiente, tais como: as mudanças climáticas, a perda de biodiversidade e o aumento da poluição. Já o anel interno representa as necessidades humanas fundamentais, que devem ser atendidas para garantir uma vida digna para todos: acesso à água potável, alimentação adequada, moradia, saúde, educação e justiça social (ZOTTEZZO, 2023).

O objetivo da Economia Donut é manter a humanidade dentro do espaço seguro e sustentável entre esses dois limites, garantindo que as necessidades básicas de todos sejam atendidas sem exceder os limites ambientais do planeta. Isso implica uma mudança fundamental na maneira como se reconhece o sucesso econômico, priorizando o bem-estar humano e a saúde do planeta sobre o crescimento econômico a qualquer custo (ZOTTEZZO, 2023).

Para alcançar esse objetivo, Raworth propõe uma série de princípios econômicos fundamentais, incluindo a redistribuição de riqueza, a redefinição do progresso além do PIB (Produto Interno Bruto) e a promoção de sistemas econômicos regenerativos que restauram e sustentam os recursos naturais (MARQUES, 2021).

Assim, a Economia Donut tem ganhado popularidade como uma abordagem alternativa e holística para repensar os objetivos e as práticas econômicas, tanto no nível local quanto global, à medida que se enfrentam desafios urgentes relacionados à sustentabilidade ambiental e à desigualdade social.

Outro modelo econômico que dialoga com a proposta de Francisco, é o da Economia da Comunhão (=EdC). Trata-se de um modelo econômico baseado em valores de solidariedade, partilha e fraternidade, desenvolvido pelo Movimento dos Focolares, fundado por Chiara Lubich, na década de 1990. Seu objetivo é promover uma abordagem econômica que priorize o bem-estar das pessoas e o desenvolvimento sustentável, em contraste com o tradicional paradigma capitalista centrado no lucro individual. Conforme:

Sendo assim a EdC busca oferecer à sociedade em geral, mais além do âmbito religioso, um modelo e uma prática econômica que resgate o lugar da pessoa humana no sistema econômico, ou seja, ela é o centro da atividade econômica, tanto no que diz respeito à satisfação de suas necessidades, quanto no que diz respeito à sua realização como agente social (LUCAS, ROSSETO e FARIA, 2019, p. 197).

Na Economia da Comunhão, as empresas são incentivadas a operar de acordo com três princípios fundamentais: partilha de lucros, cultura da comunhão e desenvolvimento sustentável. Dessa maneira “[...] ela tenciona promover uma visão do agir econômico como compromisso para a promoção integral das pessoas e da sociedade, por meio de ações e comportamentos inspirados na fraternidade” (SOUSA E BARROS, 2017, p. 137).

Seguindo os três referidos princípios, as empresas que são fazem parte da iniciativa pela Economia da Comunhão, comprometem-se a destinar parte de seus lucros à projetos de solidariedade, contribuindo para o desenvolvimento das comunidades locais e a promoção de iniciativas sociais. Além disso, são estimuladas a criar um ambiente de trabalho baseado na fraternidade, na colaboração e no respeito mútuo entre todos os membros da empresa. Isso implica promover relações transparentes e éticas, valorizar o potencial humano de cada pessoa e buscar soluções que beneficiem a todos (SOUSA E BARROS, 2017).

A EdC valoriza também o respeito ao meio ambiente e a busca por práticas econômicas que promovam a sustentabilidade a longo prazo. Isso inclui o uso responsável dos recursos

naturais, a redução do desperdício e a adoção de tecnologias e processos produtivos que minimizem o impacto ambiental (LUCAS, ROSSETO e FARIA, 2019).

Além desses princípios, destaca-se a importância do diálogo interdisciplinar e da colaboração entre diferentes atores sociais: empresas, governos, organizações da sociedade civil e comunidades locais. Promovendo deste modo, a fraternidade e a amizade social em busca do bem comum.

Assim, a Economia da Comunhão tem ganhado destaque como uma alternativa viável e inspiradora dentro do paradigma capitalista dominante, oferecendo um caminho para uma economia mais humana, solidária e sustentável.

Um terceiro importante modelo, é o da Economia Solidária, evidenciada por Paul Singer, um renomado economista brasileiro, que dedicou grande parte de sua vida acadêmica e profissional ao estudo e à defesa desse modelo econômico, reconhecendo seu potencial para promover a inclusão social e a justiça econômica.

A economia solidária é um modelo econômico baseado na cooperação, na autogestão e na solidariedade entre seus membros, visando promover a inclusão social, a justiça econômica e a sustentabilidade ambiental. Ao contrário do modelo capitalista tradicional, que se concentra no lucro individual e na competição, a economia solidária prioriza o bem-estar coletivo e o desenvolvimento comunitário (SINGER, 2001).

Nesse modelo, os membros participam ativamente na gestão e na tomada de decisões das empresas, cooperativas ou empreendimentos solidários aos quais estão vinculados. As relações de trabalho são pautadas pela democracia interna, pela igualdade de direitos e pela distribuição equitativa dos benefícios gerados pela atividade econômica.

Existem diversas formas de organização na economia solidária, incluindo: cooperativas de trabalho, associações e grupos de produção, bancos comunitários, feiras e mercados solidários. “A economia solidária compreende diferentes tipos de ‘empresas’, associações voluntárias com o fim de proporcionar a seus associados benefícios econômicos. Estas empresas surgem como reações a carências que o sistema dominante se nega a resolver” (SINGER, 2001, p. 105).

Além de promover a inclusão social e a geração de renda, a economia solidária também contribui para o fortalecimento dos laços comunitários, para o empoderamento das populações marginalizadas e para a construção de uma sociedade mais justa e sustentável.

Embora ainda enfrente desafios como a falta de acesso a financiamento e a dificuldade de inserção nos mercados convencionais, a economia solidária vem crescendo em todo o mundo

como uma alternativa viável e transformadora ao modelo econômico dominante, contribuindo para a construção de um sistema mais humano, solidário e democrático.

O legado de Paul Singer na economia solidária é imensurável. Sua visão e seu compromisso com um modelo econômico mais justo e solidário continuam a inspirar pessoas e organizações em todo o mundo, que buscam construir uma sociedade mais inclusiva e sustentável por meio da promoção da autogestão, da cooperação e da solidariedade.

Para além das três experiências de novas economias aqui destacadas, algumas sugestões de Ladislau Dowbor, colaboram para repensar a economia em direção à uma economia mais humana, tais sugestões se encontram em quatro temas: a inclusão produtiva, as políticas de financiamento, a racionalização da gestão e a democratização.

A inclusão produtiva, vai além da simples geração de empregos, pois deve ser entendida dentro de um contexto mais amplo de desenvolvimento econômico e social, no qual o acesso à oportunidades de trabalho digno e produtivo é fundamental para reduzir as desigualdades e promover o bem-estar das pessoas. Dowbor destaca que a economia precisa ser dinamizada a partir de sua base, gerando um ciclo de desenvolvimento. Para isso faz-se necessário geração de renda, políticas sociais, investimentos em infraestrutura e políticas públicas de emprego (DOWBOR, 2022, p. 117).

Seu pensamento evidencia que “[...] é politicamente correto e humanamente justo assegurar um fluxo estável e previsível de renda para a base da sociedade” (DOWBOR, 2022, p. 117). A garantia de uma renda básica universal é fundamental para um novo modelo econômico, unido a ela o necessário fortalecimento dos serviços públicos. Garantir saúde, educação, segurança e sustentabilidade ambiental, não são gastos, visto que são investimentos de primeira importância para o nosso futuro.

O autor manifesta também a ideia de que o Estado invista em infraestrutura, obras que geram uma grande quantidade de empregos e garantem qualidade de vida às pessoas no presente e no futuro. Destaca a importância de políticas públicas que incentivem a criação de empregos de qualidade, com salários justos e condições de trabalho adequadas. Além disso, ele ressalta a necessidade de investimentos em educação e capacitação profissional para que as pessoas estejam preparadas para atuar em setores produtivos que demandem mão de obra qualificada (DOWBOR, 2022, p. 123-128).

No que tange as políticas de financiamento, Dowbor enfatiza que: “o problema elementar não é de onde vem os recursos [...] e sim, para onde vão: um bom investimento gera retorno e equilibra as contas” (DOWBOR, 2022, p. 140). O Brasil não é um país pobre, é

apenas um país onde os recursos financeiros estão sendo direcionados para atividades improdutivas.

O Estado brasileiro precisa de uma política tributária justa, que tribute mais os ricos, especialmente os grandes detentores de capital, que não pagam imposto significativo sobre seus investimentos financeiros improdutivos. Necessita também de políticas de crédito a juros baixos, para as pequenas empresas e os projetos que impactam diretamente as comunidades. Os recursos para esses e outros projetos podem vir de um maior aproveitamento das exportações primárias, que na atual conjuntura servem para enriquecer ainda mais as grandes corporações (DOWBOR, 2022, p. 137).

O terceiro tema se refere à racionalização da gestão como um elemento crucial para o êxito de organizações variadas, desde empresas até governos e organizações da sociedade civil. O autor enfatiza a necessidade de embasar as decisões em informações precisas, análises criteriosas e avaliações das opções disponíveis, demandando acesso adequado a dados relevantes e habilidade para interpretá-los estrategicamente.

Dowbor também destaca a relevância da participação de diversas partes interessadas no processo, promovendo diálogo, colaboração e incorporação de *feedbacks*, além de salientar a importância de uma visão de longo prazo, considerando tanto os impactos imediatos quanto os futuros das decisões tomadas. Em resumo, a racionalização da gestão envolve uma combinação de análise rigorosa, participação democrática e uma visão de longo prazo, visando contribuir para o sucesso sustentável das organizações e o bem-estar da sociedade como um todo (DOWBOR, 2022, p. 141-150).

Por último, para o economista, a democratização é fundamental para construir sociedades mais justas e igualitárias. Deve haver uma distribuição ampla do poder político entre os cidadãos, para frear a concentração de poder por parte dos lóbis. A democracia verdadeira não acontece apenas por meio do voto nas eleições, mas também através de mecanismos de participação direta, como referendos e audiências públicas, quando os cidadãos têm voz nas decisões que afetam suas vidas (DOWBOR, 2022, p. 151-160).

Assim sendo, somente pela democracia nas decisões, poderá ser garantido o acesso aos recursos e políticas públicas. Reduzindo a influência do dinheiro na política e fortalecendo as instituições para torná-las mais transparentes, responsáveis e representativas. Conforme afirma: “A democratização e a soberania são vitais para o conjunto dos nossos objetivos” (DOWBOR, 2022, p. 152).

Recordando a imagem utilizada pelo Papa Francisco sobre a “parábola do trigo e do joio” (Mt 13, 24-30): “[...] consiste em mostrar como o inimigo pode ocupar o espaço do Reino

e causar dano com o joio, mas é vencido pela bondade do trigo que se manifesta com o tempo” (EG, 225). Que estes projetos e estas ideias sejam como sementes de trigo em meio ao joio; embora pareçam simples e pequenas, florescerão e darão frutos que alimentarão vidas.

#### 4.5 Síntese Compreensiva

O Papa Francisco preocupa-se com o futuro desta Casa Comum, habitada por todos os homens e mulheres. Sua preocupação desemboca em uma ecologia integral, observando que os problemas ecológicos são frutos de uma crise que é também social. Diante disso, o pontífice convida jovens do mundo todo para se reunirem com economistas, na cidade de Assis, para pensarem juntos novos modelos econômicos, que sejam mais humanos e sustentáveis.

Desse chamado surge a Articulação Brasileira pela Economia de Francisco e Clara, que é constituída inicialmente pelos brasileiros convidados para estarem presentes no evento organizado pelo Papa. Tal articulação busca desde seu início inculturar os valores e as propostas, por uma nova economia, à realidade do Brasil. Buscando também, reconhecer e dar nova ênfase a todas as iniciativas já construídas, pelos movimentos sociais e eclesiais, na luta por condições de vida que assegurem a dignidade humana a todos.

O Bem Viver, conceito apresentado por Alberto Acosta, dialoga e conceitualiza muitas das ideias e propostas trazidas pelo Papa Francisco e pela ABEFC. Trata-se, portanto, de uma filosofia de vida dos povos ameríndios, que propicia um questionamento sobre os parâmetros utilizados, na sociedade atual, para definir uma vida de qualidade. Em outras palavras, indica um modelo de sociedade holístico, mais solidário e sustentável.

Por fim, a Economia Donut, a Economia da Comunhão e a Economia Solidária, são exemplos já existentes de como se pode percorrer caminhos novos e diversos, fugindo da mentalidade competitiva e do lucro (acima de tudo), que o capitalismo impõe. Também algumas propostas de Ladislau Dowbor indicam caminhos para o Brasil e para o mundo rumo a um resgate da função social da economia.

## CONCLUSÃO

Na interseção entre a análise crítica e a profecia, investigou-se neste trabalho o panorama econômico global atual, revelando seus frágeis alicerces e as contradições inerentes ao sistema capitalista e neoliberal. Ao expor a defesa alienante desse sistema, impulsionada por uma ideologia lucrativa, meritocrática e tecnocrática, tornou-se evidente a incapacidade dos Estados em regular um sistema cada vez mais independente das legislações vigentes. Isso é exemplificado pela proliferação de monopólios e oligopólios, que exacerbam a desigualdade e alimentam a pobreza.

Explorando mais a fundo esses problemas, destacou-se o abismo crescente entre as nações e o papel da globalização como catalisador do subdesenvolvimento, perpetuando um ciclo vicioso de desigualdade e exclusão. Em meio a esse cenário desolador, ressoa-se um alerta urgente sobre o esgotamento inexorável dos recursos naturais e as mudanças climáticas, clamando pela necessidade imperiosa de repensar os paradigmas econômicos atuais.

Contudo, além de uma denúncia profética da economia atual, esse trabalho buscou configurar-se como um chamado à ação transformadora, em direção a um modelo mais justo, sustentável e solidário. A busca por essa transformação se deu através da investigação das bases hermenêuticas para repensar o modelo vigente, inspirado pelas propostas do Papa Francisco, e sugerindo alguns possíveis passos para construir um futuro econômico mais equitativo e harmonioso.

Destacou-se as críticas incisivas expressadas pela Igreja, diante do sistema capitalista. Tais apontamentos, salientam que a desvalorização da pessoa humana, propiciada por esse sistema, é uma transgressão à dignidade conferida ao Homem por Deus. Identificou-se também alguns outros princípios do magistério eclesial que oferecem uma perspectiva crítica sobre o modelo econômico vigente, tais como a destinação universal dos bens e o bem comum.

Uma economia autenticamente voltada para o ser humano deve reconhecer que a verdadeira prosperidade se reflete na qualidade de vida de todos, não apenas de uma elite privilegiada. Para isso, a compreensão de propriedade e o conceito de destinação universal dos bens, presente na Doutrina Social da Igreja, indicam uma forte rejeição à acumulação excessiva de riquezas diante das muitas necessidades globais.

Fica assim demonstrado que a partir do ensinamento do magistério, o bem-estar humano deve ser o cerne das políticas econômicas, indo além da mera busca por eficiência ou lucratividade. A concepção cristã conclama que o verdadeiro progresso humano não se limita



ao crescimento econômico, mas sim à promoção do bem-estar e da qualidade de vida de toda a sociedade.

Também é demonstrada a contribuição do Papa Francisco que, ao reiterar em seus escritos e através de seu exemplo a opção preferencial pelos pobres, a ecologia integral e a amizade social, ressalta o necessário compromisso dos cristãos e de todas as pessoas de boa vontade com a justiça, a solidariedade e a fraternidade. Dessa forma, sua mensagem convoca a unir forças e vozes para repensar o modelo econômico atual em direção a uma economia que promova a integralidade do ser humano.

O pontífice convidou jovens de todo o mundo para se reunirem com alguns economistas em Assis. Juntos os participantes puderam buscar novos modelos econômicos, mais humanos e sustentáveis. Dessa convocação, inicialmente formada pelos brasileiros convidados para o evento papal, surgiu a Articulação Brasileira pela Economia de Francisco e Clara.

Conforme apresentado, essa articulação busca integrar os valores e propostas para novas economias à realidade brasileira. Uma de suas principais características é o reconhecimento e o fortalecimento das iniciativas já existentes, nos movimentos sociais e eclesiais, em prol de condições de vida dignas para todos.

Diante disso, dialogando e fundamentando muitas das ideias trazidas pelo Papa Francisco e pela ABEFC, salienta-se o conceito de Bem Viver, originário das filosofias de vida dos povos ameríndios. Tal conceito questiona os parâmetros atuais que definem uma vida de qualidade e busca promover um modelo de sociedade holístico, solidário e sustentável.

Além disso, verifica-se nas iniciativas da Economia Donut, da Economia da Comunhão e da Economia Solidária, exemplos concretos de alternativas ao modelo capitalista, fugindo da mentalidade competitiva e do lucro como prioridade máxima. As propostas de Ladislau Dowbor também apontaram caminhos para o Brasil e para o mundo, visando resgatar a função social da economia.

Em síntese, a pesquisa revelou a urgente necessidade de reavaliar e transformar os paradigmas econômicos vigentes. Unindo a análise crítica ao profetismo, o trabalho destaca não apenas as falhas do sistema atual, mas também aponta direções promissoras para um futuro mais justo e sustentável. Através da integração dos princípios da Doutrina Social da Igreja e das propostas apresentadas, evidenciou-se a possibilidade de construir um modelo econômico que priorize o bem-estar humano e o cuidado com o meio ambiente, reafirmando a importância da solidariedade e da justiça social como pilares de uma sociedade verdadeiramente próspera.

## REFERÊNCIAS

### SAGRADA ESCRITURA

BÍBLIA: **A Bíblia de Jerusalém**. São Paulo: Paulus, 2004.

### MAGISTÉRIO

CONCÍLIO ECUMÊNICO VATICANO II. **Documentos do Concílio Ecumênico Vaticano II (1962-1965)**. 2ª edição. São Paulo: Paulus, 2002.

Leão XIII, PP. **Carta Encíclica Rerum Novarum: sobre a condição dos operários**. 1891.

João XXIII, PP. **Carta Encíclica Pacem in Terris**. 1963.

BENTO XVI, PP. **Carta Encíclica Caritas in Veritate: Sobre o desenvolvimento humano integral na caridade e na verdade**. São Paulo: Edições Loyola, 2009.

FRANCISCO, PP. **Exortação Apostólica Evangelii Gaudium: sobre o anúncio do Evangelho no mundo atual**. 1ª edição. São Paulo: Edições Loyola, 2013.

\_\_\_\_\_. **Exortação Apostólica Laudate Deum**. 1ª edição. São Paulo: Edições Loyola, 2023.

\_\_\_\_\_. **Carta Encíclica Laudato Si: sobre o cuidado da casa comum**. 1ª edição. São Paulo: Edições Loyola, 2015.

\_\_\_\_\_. **Carta Encíclica Fratelli Tutti: sobre a fraternidade e a amizade social**. 1ª edição. São Paulo: Edições Loyola, 2020.

\_\_\_\_\_. **Discurso aos participantes no Encontro Mundial dos Movimentos Populares**. 28 de outubro de 2014.

\_\_\_\_\_. **Discurso aos participantes no 3º Encontro Mundial dos Movimentos Populares**. 5 de novembro de 2016.

\_\_\_\_\_. **Discurso em Audiência Geral - Catequeses “Curar o mundo”: 3. A opção preferencial pelos pobres e a virtude da caridade**. 19 de agosto de 2020.

\_\_\_\_\_. **Discurso em visita a Assis por ocasião do evento “Economy of Francesco”**. 24 de setembro de 2022.

\_\_\_\_\_. **Discurso aos participantes no Congresso da UNIAPAC International**. 21 de outubro de 2022.

\_\_\_\_\_. **Carta para o evento “Economia de Francisco” [Assis, 26-28 de março de 2020]**. 1º de maio de 2019.

\_\_\_\_\_. **Mensagem para o III Dia Mundial dos Pobres, 2019: «A esperança dos pobres jamais se frustrará»**.

\_\_\_\_\_. **Mensagem em vídeo por ocasião do evento “Economy of Francesco”**. 2 de outubro de 2021.

PONTIFÍCIO CONSELHO JUSTIÇA E PAZ. **Compêndio da Doutrina Social da Igreja**. 7ª edição. São Paulo: Editora Paulinas, 2005.

CONFERÊNCIA GERAL DO EPISCOPADO LATINO-AMERICANO (CELAM). **Documento de Medellín**: texto conclusivo da II Conferência Geral do Episcopado Latino-americano e do Caribe. **In: Documentos do CELAM**. São Paulo: Paulus Editora, 2004.

\_\_\_\_\_. **Documento de Puebla**: texto conclusivo da III Conferência Geral do Episcopado Latino-americano e do Caribe. **In: Documentos do CELAM**. São Paulo: Paulus Editora, 2004.

\_\_\_\_\_. **Documento de Aparecida**: texto conclusivo da V Conferência Geral do Episcopado Latino-americano e do Caribe. Brasília: CNBB; São Paulo: Paulus: Paulinas, 2007.

## INSTRUMENTAIS

DENZINGER, H. **Compêndio dos símbolos, definições e declarações de fé e moral**. São Paulo: Paulinas/ Loyola, 2007.

LACOSTE, J. **Dicionário Crítico de Teologia**. São Paulo: Edições Paulinas, 2004.

## LIVROS

ABEFC (Articulação Brasileira pela Economia de Francisco e Clara). **Realmar a economia: a economia de Francisco e Clara**. Organização de Eduardo Brasileiro. São Paulo: Paulus, 2023.

ACOSTA, Alberto. **O Bem Viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos**. São Paulo: Editora Elefante, 2016.

ARISTÓTELES. **A Política**. Tradução de Nestor Silveira Chaves. 2. ed. São Paulo: EDIPRO, 2009. p. 13.

BEOZZO, José Oscar. **Pacto das catacumbas: por uma igreja servidora e pobre**. São Paulo: Paulinas, 2015.

BOFF, Leonardo. **Virtudes para um outro mundo possível vol. I: Hospitalidade: direito e dever de todos**. Vozes Nobilis, 2005.

\_\_\_\_\_. **Cuidar da Terra, proteger a vida: como evitar o fim do mundo: Como evitar o fim do mundo**. Record, 2010.

\_\_\_\_\_. **Francisco de Assis e Francisco de Roma: uma nova primavera na Igreja?** Rio de Janeiro: Editora Mar de Ideias Navegação Cultural, 2013.

\_\_\_\_\_. **Cuidado necessário: Na vida, na saúde, na educação, na ecologia, na ética e na espiritualidade**. Editora Vozes, 2013.

\_\_\_\_\_. **Ecologia: grito da terra, grito dos pobres: Dignidade e direitos da mãe terra.** Editora Vozes, 2015.

\_\_\_\_\_. **Ética e espiritualidade: Como cuidar da casa comum.** Editora Vozes, 2017.

\_\_\_\_\_. **Saber cuidar: Ética do humano - compaixão pela terra.** Editora Vozes, 2017.

\_\_\_\_\_. **Brasil: Concluir a refundação ou prolongar a dependência?** Petrópolis: Editora Vozes, 2018.

\_\_\_\_\_. **O doloroso parto da mãe terra: Uma sociedade de fraternidade sem fronteiras e de amizade social.** Petrópolis: Editora Vozes, 2021.

\_\_\_\_\_. **Habitar a terra: Qual o caminho para a fraternidade universal?** Editora Vozes, 2022.

BORGHESI, Massimo. **Jorge Mario Bergoglio: As Raízes do Pensamento do Papa Francisco.** Parede: Principia Editora, 2019.

CESAREIA, Basílio. **Homilia sobre Lucas 12. Homilia sobre a origem do homem. Tratado sobre o Espírito Santo,** São Paulo: Paulus, 2014. p. 22-23.

DOWBOR, L. **A Formação do Terceiro Mundo.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1980.

\_\_\_\_\_. **A formação do capitalismo dependente no Brasil.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1982.

\_\_\_\_\_. **O pão nosso de cada dia: processos produtivos no Brasil.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015.

\_\_\_\_\_. **A era do capital improdutivo.** São Paulo: Autonomia Literária, 2017.

\_\_\_\_\_. **Resgatar a função social da economia.** São Paulo: Editora Elefante, 2022.

DUSSEL, E. **Por um mundo diferente: Alternativas para o mercado global.** 1ª edição ed. Vozes, 2003.

FAVRETTO, Alexandre Boratti. **Liberdade religiosa na Declaração Dignitatis Humanae: contexto, gênese temática e debate.** São Paulo: Editora Pluralidades, 2022.

FRANCISCO, PP.; IVEREIGH, A. **Vamos sonhar juntos: O caminho para um futuro melhor.** 1ª edição. Rio de Janeiro, RJ: Intrínseca, 2020.

FURTADO, Celso. **A Economia Latino-Americana: formação histórica e problemas contemporâneos.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978.

\_\_\_\_\_. **Pequena introdução ao desenvolvimento: enfoque interdisciplinar.** São Paulo: Ed. Nacional, 1980.

\_\_\_\_\_. **O Mito do Desenvolvimento Econômico.** São Paulo: Editora Paz e Terra, 1996.

\_\_\_\_\_. **O Capitalismo Global**. Rio de Janeiro: Editora Academia Brasileira, 1998.

\_\_\_\_\_. **Desenvolvimento e Subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2009.

\_\_\_\_\_. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

HINKELAMMERT, F. **A dívida externa da América Latina: o automatismo da dívida**. Vozes, 1989.

\_\_\_\_\_. **A idolatria do mercado: ensaio sobre economia e teologia**. Vozes, 1989.

\_\_\_\_\_. **Mercado versus direitos humanos**. 1ª edição. Paulus, 2014.

LEVINAS, Emmanuel. **Humanismo do outro homem**. Petrópolis: Editora Vozes, 1993.

NEVES, João César. **A Economia de Francisco: diagnóstico de um equívoco**. Parede: Principia Editora, 2016.

PETRINI, C.; FRANCISCO, PP. **Terrafutura: diálogos com o Papa Francisco sobre ecologia integral**. 1ª edição. São Paulo: Senac São Paulo, 2022.

PLATÃO, **República**. Tradução Maria Helena da Rocha Pereira. 9. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

SANDEL, M. **O que o dinheiro não compra**. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2014.

\_\_\_\_\_. **A tirania do mérito: O que aconteceu com o bem comum?** Tradução: Bhuvi Libânio. Rio de Janeiro, RJ: Editora Civilização Brasileira, 2020.

SCANNONE, Juan Carlos. **A Teologia Do Povo: Raízes Teológicas do Papa Francisco**. São Paulo: Editora Paulinas, 2019.

SLEUTJES, L. A. **Ecologia integral e sinais dos tempos**. São Paulo: Pluralidades, 2023.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas**. Tradução de Luiz João Baraúna - São Paulo: Abril Cultural, II Vol. 1983. (Economistas).

SORGE, B. **Breve curso de doutrina social**. São Paulo: Paulinas, 2018.

SUNG, J. M. **Teologia e Economia**. Fonte, 2018.

TOFFLER, A. **A Terceira Onda**. 15 ed. Rio de Janeiro: Record, 1980.

## MONOGRAFIAS

FURMANN, Moisés. **Encíclica Laudato Si: elementos fundamentais para uma ética socioambiental**. 2021. Disponível em: <<https://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/9955>>. Acesso em: 25 abr. 2023.

ROSSI, André Luiz. **A dimensão social da Religião Católica segundo o pensamento social do Papa Francisco**. 15 dez. 2022. Disponível em: <<https://repositorio.sis.puc-campinas.edu.br/handle/123456789/16708>>. Acesso em: 19 out. 2023.

## ARTIGOS

ALCANTARA, Liliane; SAMPAIO, Carlos. Bem Viver como paradigma de desenvolvimento: utopia ou alternativa possível? **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 40, p. 231–251, abr. 2017.

ANDRADE, Paulo F. A Questão da Propriedade dos Bens na Doutrina Social da Igreja. **Revista Encontros Teológicos**, v. 36, n. 1, p. 69–94, abr. 2021.

BARROS, Douglas F. Teologia Política: disciplina de estudos e pesquisas acerca da relação entre religião, teologia e política. **Interações**, v. 15, n. 1, p. 12–41, jun. 2020.

BOARETO, José Antônio. O bem comum a partir da Doutrina Social da Igreja. **Cadernos de Fé e Cultura**, v. 4, n. 2, p. 85–93, 2019.

BRASILEIRO, Eduardo. A Economia de Francisco e Clara: um plano para realmar a sociedade. **Creatividade**, v. 2021, n. 1, p. 7–16, 6 maio 2021.

\_\_\_\_\_; RICCI, Rudá. A Economia de Francisco e Clara para “realmar” a humanidade. **Revista de Educação ANEC**, v. 48, n. 161, p. 38–56, jun. 2020.

CAMPOS, Manuel. O Princípio da Destinação Universal dos Bens. **Revista de Cultura Teológica**, n. 6, p. 63–72, 1994.

CARDOSO, M. J. R. A teoria dos jogos e a mente brilhante de John Nash. **Prometeica. Revista de Filosofia y Ciências**, ano IV, n. 10, 2015.

CARVALHO, Sonia A.; MACHADO, Maykon F. O Bem Viver como alternativa de desenvolvimento sustentável e de sustentabilidade social e ambiental. **Revista Jurídica Luso-Brasileira**, v. 7, n. 6, p. 2161–2177, 2021.

CAVALCANTE, Thiago. Evangelii Gaudium & Laudato Sí: Apontamentos sobre o magistério social da Igreja Católica Apostólica Romana no papado de Francisco. **Teocomunicação**, v. 51, n. 1, p. 1–9, dez. 2021.

COUTINHO, Kesley Gabriel B. Resenha do livro: O Bem Viver: uma oportunidade para imaginar outros mundo. **Revista Antropologia do Centro-Oeste**, v. 7, n. 15, p. 389–396, dez. 2020.

CUNHA, Paulo F. Da doutrina social do Papa Francisco na Exortação Apostólica Evangelii Gaudium. **International Studies on Law and Education**, v. 18, p. 25–36, dez. 2014.

GONÇALVES, Paulo Sérgio L. Epistemologia Teológica Libertadora: Conceitos e Debate. **Atualidade Teológica**, v. 24, n. 66, p. 581–602, dez. 2020.

\_\_\_\_\_; ROSSI, André Luiz. A religião católica e as questões sociais no pensamento do Papa Francisco. **Revista Eclesiástica Brasileira**, v. 83, n. 325, p. 367–382, 15 ago. 2023.

LUCAS, Julia L.; Andreza; ROSSETTO, Cristina; FARIA, Ricardo. Economia de Comunhão: antecedentes, concretização, desafios e perspectivas. **Rev. Cadernos de Campo**, n. 26, p. 187–216, jun. 2019.

MACCARI, Vilmar Dal Bó. A base hermenêutica do humanismo de Jorge Mario Bergoglio. **Annales Faje**, v. 1, n. 1, p. 239–248, 2021.

MAMEDE, Bruno F. O Pensamento Econômico Católico: Origem, desenvolvimento e declínio. **Intelligere Revista de História Intelectual**, n. 9, p. 98–134, jul. 2020.

MANZONE, Gianni. A Dignidade da Pessoa Humana na Doutrina Social da Igreja. **Teocomunicação**, v. 40, n. 3, p. 289–306, dez. 2010.

MARQUES, Gilmar. Economia Donut: uma alternativa ao crescimento a qualquer custo. **Revista de Estudos AntiUtilitaristas e PosColoniais**, v. 11, n. 1, p. 217–221, jul. 2021.

MARQUIM, Gabriel N. L. Resenha do Livro: Vamos sonhar juntos: o caminho para um futuro melhor. **HORIZONTE - Revista de Estudos de Teologia e Ciências da Religião**, v. 19, n. 59, p. 930–936, ago. 2021.

MENCHISE, Rose Mary.; FERREIRA, Diogo M.; ÁLVAREZ, Antón. Neoliberalismo, políticas públicas e desigualdade: Uma análise principalmente do Brasil. **Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, v. 16, n. 1, p. 1–21, 2023.

OLIVEIRA, Francisco C. Resenha do livro Capitalismo como religião: Walter Benjamin e os teólogos da libertação. **Plural**, v. 29, n. 02, p. 208–213, dez. 2022.

PEREIRA, Camila P. A pobreza, suas causas e interpretações: destaque ao caso brasileiro. **Ser Social**, n. 18, p. 229–252, jun. 2006.

PERETTI, Clélia. Dignidade, direitos humanos e cidadania na perspectiva da doutrina social e de Hannah Arendt. **Revista Pistis Praxis**, v. 6, n. 3, p. 795, 2014.

PRONI, Marcelo W. História do capitalismo: uma visão panorâmica. **Cadernos do CESIT**, n. 25, p. 2–39, out. 1997.

RAUPP, Klaus da Silva; SUSIN, Luiz Carlos. A Economia segundo Francisco: Aspectos principais do pensamento econômico no atual pontificado a partir da mensagem do Papa aos participantes do evento “The Economy Of Francesco”. **Revista de Cultura Teológica**, n. 98, p. 199–213, 2021.

RIBEIRO, Arthur Rizzi; CARVALHO, Ricardo Da Silva; OREIRO, José Luis. A Doutrina Social da Igreja Católica, o novo desenvolvimentismo e a economia social de mercado: diálogos possíveis? **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 39, n. 4, p. 710–735, dez. 2019.

ROCHA, Renato T. M. Fundamentos do pensamento socioeconômico do Papa Francisco. **Revista Eclesiástica Brasileira**, v. 83, n. 325, p. 383–412, 15 ago. 2023.

ROMEIRO, Márcio A. S. Economia e Doutrina Social da Igreja. **Revista de Cultura Teológica**, v. 8, n. 32, p. 41–67, set. 2020.

SANTOS, Julia L.; SOUZA, Angelita M. Capitalismo neoliberal: além da economia. **GeoTextos**, n. 1, p. 35–55, 17 jul. 2023.

SINGER, Paul. Economia Solidária Versus Economia Capitalista. **Sociedade e Estado**, v. 16, n. 1, p. 100–112, 2001.

SIQUEIRA, Luana S. Desenvolvimento e Pobreza: uma análise crítica. **Temporalis**, v. 12, n. 24, p. 353–384, dez. 2012.

SOUZA, Francisco Rafael F.; BARROS, Pedro Ferreira: Economia de Comunhão: um Estudo na Perspectiva de Retomada do Debate Ético na Economia, p. 133 -154. In: **Capitalismo, Trabalho e Política Social - Vol. 2**. São Paulo: Blucher, 2017. p. 133–154.

SOUZA, Ney; DIAS, Tiago C. S. Retorno da opção preferencial pelos pobres: alguns aspectos a partir do pontificado do Papa Francisco. **Fronteiras - Revista de Teologia da Unicap**, v. 5, n. 1, p. 136–150, jun. 2022.

SUNG, Jung M. Deus da Vida e os Desafios Econômicos. **Revista de Cultura Teológica**, n. 1, p. 23–37, dez. 1992.

\_\_\_\_\_; A contribuição do Papa Francisco à Doutrina Social da Igreja: um percurso de posicionamentos sociopolítico- econômicos. **Encontros Teológicos**, v. 36, n. 1, p. 129–151, 2021.

\_\_\_\_\_; COELHO, Allan S. Capitalismo como religião: uma revisão teórica da relação entre religião e economia na modernidade. **HORIZONTE - Revista de Estudos de Teologia e Ciências da Religião**, v. 17, n. 53, p. 651–675, ago. 2019.

\_\_\_\_\_; Novas formas de legitimação da economia: desafios para ética e teologia. **Revista de Estudos da Religião**, n. 3, p. 93–113, 2001.

WAHLBRINCK, Ilíria F. Dignificar a vida pela ética do cuidado: compromisso do Ser Humano. **Revista Triângulo**, v. 6, n. 1, p. 68–79, jul. 2013.

WISNIEWSKI, Eliseu. Doutrina social: economia, trabalho e política. **HORIZONTE - Revista de Estudos de Teologia e Ciências da Religião**, v. 17, n. 53, p. 1369–1373, ago. 2019.

ZOTESSO, Jaqueline P. Em direção à Economia Donut. **Revista de Comunicação Dialógica**, n. 9, p. 38–55, jun. 2023.

## PÁGINAS DA WEB

AZEVEDO, Wagner Fernandes. **Economia de Francisco e Clara, uma introdução**. Disponível em: <<https://www.ihu.unisinos.br/categorias/598959-economia-de-francisco-e-clara-uma-introducao>>. Acesso em: 3 maio 2023.



\_\_\_\_\_. **Economia de Francisco: perspectivas para a Igreja no Brasil em nível local.** Disponível em: <<https://www.ihu.unisinos.br/categorias/605697-economia-de-francisco-perspectivas-para-a-igreja-no-brasil-em-nivel-local>>. Acesso em: 25 abr. 2023.

\_\_\_\_\_. **O Ensino Social da Igreja em constante atualização. O que virá depois da pandemia?** Disponível em: <<https://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/602375-ensino-social-da-igreja-pandemia>>. Acesso em: 3 maio 2023.

\_\_\_\_\_. **Realmar a economia pela comunhão dos povos.** Disponível em: <<https://www.ihu.unisinos.br/categorias/603815-realmar-a-economia-pela-comunhao-dos-povos>>. Acesso em: 28 abr. 2023.

BRASILEIRO, Eduardo. **Economia de Francisco e Clara no chão da realidade: práticas pastorais, educação ecológica e incidência territorial.** Disponível em: <<https://www.vidapastoral.com.br/edicao/economia-de-francisco-e-clara-no-chao-da-realidade-praticas-pastorais-educacao-ecologica-e-incidencia-territorial/>>. Acesso em: 3 maio 2023.

RODRIGUES, Guilherme Tenher. **Propostas para a Economia de Francisco e Clara.** Disponível em: <<https://www.ihu.unisinos.br/categorias/606331-propostas-para-a-economia-de-francisco-e-clara>>. Acesso em: 28 abr. 2023.

FOGLIZZO, Paolo. **Uma economia para o cuidado da casa comum.** Disponível em: <<https://www.ihu.unisinos.br/185-noticias/noticias-2016/559826-uma-economia-para-o-cuidado-da-casa-comum-artigo-de-paolo-foglizzo>>. Acesso em: 25 abr. 2023.

TUSSET, Marina. **Porque a “Economia de Francisco” pode desenvolver uma nova economia e criar um mundo melhor.** Disponível em: <<https://www.ihu.unisinos.br/categorias/617325-por-que-a-economia-de-francisco-pode-desenvolver-uma-nova-economia-e-criar-um-mundo-melhor>>. Acesso em: 3 maio 2023.